

CIÊNCIAS HUMANAS





Ciências Humanas

Amizade e comunidade no Epicurismo

Matheus Leandre Pereira Santos (orientadora: Prof.^a Dr.^a Alice Bitencourt Haddad)

Departamento de Filosofia/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Laboratório Aporia

– Núcleo de Filosofia Antiga e Recepção

INTRODUÇÃO:

Partimos da análise do conjunto de máximas e sentenças, postuladas por Epicuro, especialmente aquelas que apresentam conteúdos de caráter ético, utilizando como base a divisão proposta por Diógenes Laércio da filosofia de Epicuro em três grandes áreas¹: Canônica, que seria a respeito dos critérios de conhecimento que, neste caso, está ligado intimamente com o saber em relação à natureza; a Física, sobre os estudos relacionados à natureza (*phýsis*); e, por fim, a Ética, que diz respeito àquilo que se deve ou não escolher.

Conduzimos nossa pesquisa sobre o tema da amizade (*phília*), sobretudo como base para a formação da comunidade do Jardim (*képos*), como forma de vida alternativa em relação àquela encontrada na *pólis* ateniense, experienciada nos tempos de Epicuro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A amizade (*phília*) aparece como um tema fundamental para compreender a comunidade do Jardim (*képos*), tendo em vista que o sábio epicurista é aquele que deve viver recluso, ou seja, longe da vida pública, como Epicuro preconizava, evitando as perturbações que a vida na *pólis* causavam naqueles que ali habitavam. Talvez tal proposição tenha sido postulada por Epicuro dado o seu tempo, pois a *pólis* ateniense, que antes fora demarcada por seu regime democrático e pela cidadania, agora se encontrava dissolvida pelo domínio de Alexandre da Macedônia e, após a sua morte, marcada pela disputa de seus generais.

Viver recluso, todavia, não implica uma vida isolada, solitária, pois o sábio, em conjunto com seus similares, vive segundo a natureza. Mas o que quer dizer, “viver segundo a natureza”? Significa que a amizade é algo que está circunscrito no exercício da conduta humana.² Assim como os átomos vagando pelo vazio chocam-se entre si, devido às suas propriedades físicas, como peso, tamanho, formando corpos, os humanos possuem uma

¹ DL, X, p. 29-31.

² cf. SILVA, 2019, p. 246.

tendência natural gregária, em outras palavras, uma propensão a coligar-se com outros que parecem-lhe semelhantes em sua maneira de agir e pensar.³

Ora, por mais que a amizade seja concebida apartada do sentido político, o sábio (*sophós*) se junta a semelhantes que buscam o mesmo fim que ele, preconizado por Epicuro, que é a vida feliz. Ela se caracteriza pela ausência de dor (*aponía*) e pela tranquilidade de alma (*ataraxía*). Sendo assim, o sábio se junta a outros sábios pela similaridade e por conveniência mútua (*ophéleia*), pactuando para juntos se beneficiarem, sem se prejudicarem por uma disputa, como podemos ver na vida pública da *pólis*.

Vale ressaltar que toda amizade nasce dessa relação de afinidade provocada pela utilidade entre os similares. Conforme Epicuro afirma na sentença vaticana XXVIII, “toda amizade por ela mesma é excelência; ela teve início na utilidade (conveniência mútua)” (EPICURO, 2021, p. 71). E é essa conveniência mútua (*ophéleia*) que irá fornecer ao sábio epicurista a segurança necessária para alcançar o seu objetivo que é a vida feliz. Pois o mesmo estará resguardado em uma rede amigos, que irá conceder-lhe tranquilidade para alcançar seu objetivo, pactuando para não se prejudicarem e, caso necessite de alguma ajuda, terá a segurança de que poderá contar com eles. Como podemos perceber na sentença vaticana XXXIV, “Não temos tanta necessidade da ajuda dos amigos,

como da confiança a respeito dessa ajuda (EPICURO, 2021, p. 93).

CONCLUSÕES:

Desta forma, com base nos raciocínios supracitados, podemos concluir que em um primeiro momento, a amizade (*philia*) no epicurismo parece se apresentar como um entrelaçamento de conceitos como “conveniência mútua” (*ophéleia*) e “confiança” (*asphaleia*). Em outras palavras, seria a relação de afinidade entre pessoas que têm um objetivo em comum, pautadas pela segurança garantida por um pacto de não prejudicar, ou de não-agressão⁴ àqueles que têm o mesmo objetivo, implicando uma segurança para, caso necessário, esta rede de amigos estará pronta para ajudá-lo, proporcionando, assim, uma maior facilidade para alcançar esse objetivo proposto por Epicuro que é a vida feliz.

Em um segundo momento, podemos concluir que a comunidade do Jardim (*képos*) formada por Epicuro é a maior expressão desse conceito (amizade) aplicado em sua *práxis* e que contém um sentido ético, apresentando, assim, uma forma de vida coletiva alternativa àquela apresentada na *pólis* ateniense e servindo como base para conduzir as relações de todos que compõem a comunidade (*koinonía*).

AGRADECIMENTOS:

À Profa. Dra. Alice Bitencourt Haddad pelas orientações e conselhos.

³ cf. SILVA, 2019, p. 247.

⁴ Cf. SILVA, 2003, p. 94.

Aos amigos do grupo de pesquisa, em especial a Yuri Hensel, Rebeca Figueira e João Gabriel.

Aos amigos, Thais Leandre, Cristina Maria e Lucas Biancatto pelo companheirismo e suporte.

Às minhas duas tias, Cristina Leandre e Regina Leandre.

REFERÊNCIAS:

CLAY, D. O Epicurismo: Escola e Tradição. *In*: GIGANDET, A.; MOREL, P-M. (org.). *Ler Epicuro e os epicuristas*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Loyola, 2011, p. 11-38.

EPICURO. *As máximas de Epicuro*. Texto, tradução, introdução e notas de João Quartim de Moraes. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. *As sentenças de Epicuro*. Tradução e comentários de Markus Figueira da Silva e Henrique Murachco; prefácio de José Trindade Santos. Rio de Janeiro: NAU, 2021.

LAËRTIOS, D. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 2008.

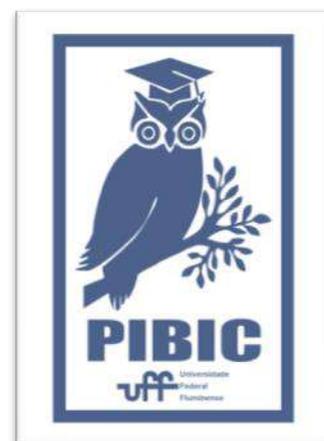
MARTINS, R. F. Prazer, amizade e comunidade em Epicuro. *In*: FIGUEIREDO, C. O; LUCAS, Y. R. (org.). *Caderno de resumos do XIII ENPF*. Ouro Preto: DEFIL/UFOP, 2021, p. 216-223.

_____. *A dimensão comunitária do jardim de Epicuro*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

MOREL, P-M. As comunidades humanas. *In*: GIGANDET, A.; MOREL, P-M. (org.). *Ler Epicuro e os epicuristas*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Loyola, 2011, p. 205-229.

SILVA, M. F. A compreensão da *phíla* no pensamento de Epicuro: entre *phýsis* e *nómos*. *In*: SILVA, M. F. (org.). *Nómos versus Phýsis no pensamento grego*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2019, p. 245-254.

_____. *Epicuro: Sabedoria e jardim*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal, RN: UFRN, Programa de pós-graduação em Filosofia, 2003.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

FILOSOFIA E ONTOLOGIA DO PRESENTE EM MICHEL FOUCAULT II

Autores: Breno Rodrigues Gomes Baia (bolsista); Tereza Cristina Barreto Calomeni (orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Filosofia (GFL) / Instituto de Ciência Humanas e Filosofia (ICHF)

INTRODUÇÃO:

A pesquisa, *Filosofia e ontologia do presente em Michel Foucault II*, teve como objetivo principal investigar o sentido e o alcance da expressão *ontologia do presente* na filosofia de Michel Foucault. Para tanto, dedicou-se a localizá-la no contexto da filosofia foucaultiana e a analisar os principais textos em que aparece como tema central. Entre os escritos estudados, destacam-se *O que é o Iluminismo* (transcrição de um curso dado no Collège de France no ano de 1983) e *O que são as luzes?* (versão americana do texto recém-mencionado), ambos publicados em 1984. Nesses dois textos, e também nos demais trabalhos que tratam da temática da *ontologia do presente*, são discutidas questões de ordem ética, política e estética. Para os textos de 1984, Foucault utiliza como principais referências o artigo de opinião, *Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?*, publicado em 1784 num jornal de Berlim, e o livro *O conflito das faculdades* de 1798, ambos de Immanuel Kant. Na versão americana, Foucault se ocupa também do ensaio, de 1863, *O pintor da vida moderna*, de Charles Baudelaire.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa foi dividida em duas partes: com a primeira, visamos à contextualização do tema da *ontologia do presente*, isto é, nosso intuito foi apontar *onde* e *como*, na obra de Foucault, ele se localiza; com a segunda, pretendemos descrever o tema da *ontologia do presente*, indicando os principais elementos que o constituem e a que outras noções filosóficas se relaciona, a partir do exame dos textos em que é abordado.

Com fins didáticos, a obra de Foucault costuma ser dividida em três fases: a *arqueologia* (1961-1969), a *genealogia* (1970-1977) e a chamada fase do *último Foucault* (1978-1984). Cada uma dessas três fases é associada a um eixo temático: a *arqueologia*, ao eixo temático do *saber*, a *genealogia*, ao eixo do *poder* e a fase do *último Foucault*, ao eixo em que tem como foco as pesquisas sobre a *autoconstituição do sujeito ético*.

Em cada uma dessas três fases é possível reconhecer uma constante preocupação em relação à atualidade. Arqueológica ou genealógicamente, o presente sempre foi alvo da atenção de Foucault, que, somente a partir de 1978, deu início às reflexões sobre a *ontologia do presente*. Neste momento,

iniciava-se a terceira fase da sua obra, o momento da *genealogia do sujeito ético*.

Mas, afinal, o que é a *ontologia do presente*? Trata-se de uma expressão criada por Foucault para designar um modo de filosofar surgido na modernidade; aquele que, ao seu ver, corresponde à tarefa da filosofia, inclusive da sua filosofia. Segundo ele, duas correntes filosóficas iniciadas por Kant marcam o período moderno, a *analítica da verdade* e a *ontologia do presente*. Enquanto a primeira é caracterizada pelas pesquisas sobre as condições de possibilidade do conhecimento e tem sua origem associada ao projeto crítico kantiano, a segunda toma o próprio presente como questão primordial e está associada a dois textos “menores” de Kant, *Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?* (1784) e *O conflito das faculdades* (1798).

Como Foucault nos mostra nos textos *O que é o Iluminismo* (1983) e *O que são as luzes?* (1984), como também nos outros trabalhos em que aborda essa temática, a *ontologia do presente* é marcada pelo objetivo de compreender a atualidade, não para passivamente contemplá-la, pois a realização de um *diagnóstico do presente* visa a transformar o momento em que se vive; se há um olhar direcionado ao agora, ele o averigua criticamente para modificá-lo; a *ontologia do presente*, mais do que um modo de pensar, é uma forma de atitude, uma *atitude crítica*.

Utilizando a prosa baudelairiana como referência, essa *atitude* tem uma dimensão estética, atrelada a um compromisso ético com o presente. Ela é uma *atitude* de *heroificação irônica* do momento em que se vive, pois não se

trata de acreditar que o instante vivido tem algo de especial em relação a outras épocas; este modo de heroificação, mostra-nos Foucault, está atrelado à tarefa de fazer da vida uma obra de arte.

CONCLUSÕES:

Com a pesquisa realizada, identificamos que o tema da *ontologia do presente* está localizado no momento da filosofia foucaultiana conhecido como a fase do *último Foucault* (1978-1984), o período da sua obra em que são desenvolvidas as análises sobre a *autoconstituição do sujeito ético*.

Reconhecemos também que, a partir de comentários sobre os textos de Kant e Baudelaire, Foucault apresenta elementos que indicam o surgimento de uma nova forma de filosofar na modernidade; uma modalidade filosófica marcada pelo *diagnóstico do presente* e pela *crítica*, sendo esta última uma espécie de *atitude*.

Dando continuidade a este trabalho, planejamos realizar uma nova pesquisa em curso de Mestrado e, com ela, uma análise da maneira como o tema da *ontologia do presente* se conecta à problemática do *governo*. Eis o objetivo até então definido: esclarecer como, nas pesquisas de Foucault, no processo de surgimento da *genealogia do sujeito ético* e nela mesma, estão associadas as pesquisas sobre a *biopolítica*, sobre as *artes de governar* liberal e neoliberal e as análises históricas a respeito da *autoconstituição do sujeito ético*; ou ainda, como, no pensamento filosófico de Foucault, conectam-se as pesquisas sobre o *governo dos outros* e o *governo de si*.



Ciências Humanas

Trajetórias do cinema documentário e etnográfico no Rio de Janeiro: acervos e festivais

Ana Beatriz Lima Assumpção Camarinha (Bolsista)

Juliana Muylaert Mager (Orientadora)

Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus (Supervisora)

Instituto de História / Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI)

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta a pesquisa desenvolvida no último ano no âmbito do Laboratório de História Oral e Imagem sobre festivais de cinema documental, etnográfico e de pesquisa no Rio de Janeiro, no final do século XX e primeiras décadas do século XXI. Vinculada ao processo de renovações historiográficas no campo da História desde a década de 1980 que incorporaram como objetos de análise o cinema e a cultura audiovisual, a pesquisa adota como estudos de caso dois festivais audiovisuais: a Mostra Internacional do Filme Etnográfico [1993-2015] organizada pela Interior Produções e o Festival Internacional de filmes de pesquisa [2008-2015], sob organização do LABHOI/UFF.

Nesse trabalho, os festivais audiovisuais são entendidos como fenômeno histórico e espaços socioculturais, cujas experiências mobilizam sujeitos e seus imaginários, provocando uma intensa circulação de públicos e materiais audiovisuais. Esse caráter dos eventos permite trocas fundamentais entre os frequentadores, divulgação de obras do cinema independente, além de serem espaços de formação e, no caso dos festivais trabalhados, divulgação científica.

O estudo dos festivais audiovisuais, permite, portanto, pensar a historicidade das experiências cinematográficas e seus circuitos sociais, além de sua relação com a sociedade e seu potencial como locais de divulgação e debate da história.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades da pesquisa envolveram a realização de levantamento bibliográfico e documental, análise de fontes, sistematização de dados e realização de entrevistas e transcrições.

Dialogando com as áreas da História e do Cinema, foram discutidas obras teóricas ligadas à História Cultural, História Oral, Antropologia Visual e aos estudos de festivais, particularmente aqueles que se relacionam com o cinema documentário e etnográfico. Ao longo deste ano, produzimos quadros informativos com dados das edições da Mostra Internacional do Filme Etnográfico a partir dos catálogos de todas as edições, com foco para a programação do evento. Também realizamos pesquisa em arquivos sobre a Mostra Internacional do Filme Etnográfico e entrevistas de história oral com pessoas envolvidas na organização dos eventos. Além disso, organizamos a documentação

disponível sobre o Festival de Filmes de Pesquisa no acervo do LABHOI/UFF.

Esse processo envolveu a atuação em diferentes funções, como a pesquisa e organização de fontes, acompanhamento das gravações audiovisuais e transcrição das entrevistas. A partir do trabalho com os arquivos e da organização da documentação, foi possível produzir dados que servirão como instrumentos de pesquisa.

A metodologia da História Oral, possibilitou o conhecimento de aspectos não registrados nos documentos oficiais do festival, colaborando para a produção de um conhecimento dialógico que valoriza a experiência dos sujeitos envolvidos e suas memórias.

CONCLUSÕES

A partir dos resultados da pesquisa apresentados, é possível desenvolver um debate acerca dos festivais de cinema, e em especial, aqueles dedicados ao documentário e ao filme etnográfico a partir do olhar da história, considerando a trajetória da Mostra Internacional do Filme Etnográfico e do Festival de Filmes de Pesquisa. Essa experiência no projeto está sendo fundamental para a elaboração da minha monografia de final de curso que tem como objeto a Mostra Internacional do Filme Etnográfico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à PROPPI e ao PIBIC o financiamento e a oportunidade de vivenciar a experiência da pesquisa histórica. À minha orientadora Juliana Muylaert e à professora Ana Maria Mauad pela supervisão do projeto, além do Laboratório de História Oral e Imagem que foram importantes para o

desenvolvimento da pesquisa e da minha trajetória acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAGNY, Michèle. Escrita fílmica e leitura da história. **Cadernos de Antropologia e Imagem. Campo da Imagem**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, NAI, n. 10, 1995.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; CASTRO, Isabel. Da história oral ao filme de pesquisa: o audiovisual como ferramenta do historiador. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 24, p. 1147-1160, 2017.

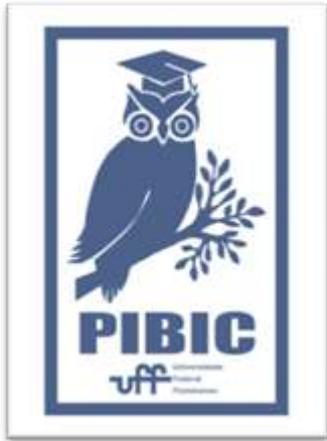
MELO, Izabel de Fátima Cruz. **Cinema é mais que filme: uma história das Jornadas de Cinema da Bahia (1972-1978)**. Salvador: EDUNEB. 2016

MENESES, Ulpiano T. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista brasileira de história**, v. 23, p. 11-36, 2003.

MONTE-MÓR, Patrícia. No garimpo do nitrato: a experiência da mostra internacional do filme etnográfico. **Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

PIRES, Bianca. Contra el Silencio Todas las Voces. Una Mirada al Primer Festival de Cine y Video Documental en México. In: LUCIO, Cristián Calónico; VARGAS, Rodrigo Gerardo Martínez (coord.). **Cine: Discurso y Estética. Reflexiones Desde La Multidisciplina**. México: Ed. Procine CDMX/UACM, tomo 5, 2023, p.130-144.

VALLEJO, Aida. Festivales de cine documental en Iberoamérica: una cartografía histórica. **Cine Documental**, v. 18, p. 144-171, 2018.





Ciências Humanas

**Título do Projeto: PESCA E PETRÓLEO
NA BACIA DE SANTOS. EFEITOS E
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA
REGIÃO MARÍTIMA DO PRÉ-SAL**

**Autora: Ana Terra Catanzaro da Rocha
Leão**

Orientadora: Deborah Bronz

Departamento de Antropologia/

Instituto de Ciências Humanas e

Filosofia (ICHF)/ Universidade Federal

Fluminense (UFF)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte de um conjunto de pesquisas realizadas por integrantes do Grupo de Estudos Ambientais e Amazônicos - GEAM em regiões atingidas por grandes projetos de desenvolvimento. Esta pesquisa, através de análises teóricas e empíricas, visa identificar as formas como operam os mecanismos de gestão e governo nesses territórios, bem como os processos de desterritorialização vivenciados por diversos povos e comunidades que possuem modos de vida contrastivos aos modos de produção capitalista.

Dessa maneira, tenho como objetivo principal compreender a forma como se dão as práticas estatais e empresariais, a partir do estudo de caso da exploração do Pré-Sal na região da Bacia de Santos pela maior empresa estatal do país, a Petrobras. O procedimento administrativo de licenciamento está sendo realizado pelo IBAMA. As audiências públicas

já foram realizadas em diferentes cidades como forma de consulta à população.

Os objetivos específicos englobam compreender os efeitos sociais da exploração do Pré-Sal na Bacia de Santos para comunidades de pescadores artesanais (que no litoral-sul do estado do Rio de Janeiro se reconhecem como *caiçaras*); analisar os conflitos socioambientais entre os atingidos e as empresas responsáveis pela exploração do Pré-Sal nesta região; identificar quem são os agentes governamentais e as instituições presentes nesses casos as formas de mobilização e organização social dos grupos de pescadores atingidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizados três trabalhos de campo etnográficos para três audiências públicas, nas cidades de Angra dos Reis, Niterói e Maricá, onde foi possível observar de perto esse processo de licenciamento e a

relação entre instâncias estatais, empresariais e as comunidades tradicionais atingidas.

Por meio da etnografia das audiências públicas foi possível notar certos padrões. Um dos aspectos também observados por Bronz (2016), se refere ao fato de que as políticas de licenciamento, mais do que contribuir para a gestão apropriada dos impactos e de sua reparação, acabam reproduzindo os modos tradicionais do fazer político no Brasil, em que os espaços constituídos em torno da chamada “cena participativa” acabam funcionando como espaços de domesticação dos conflitos associados aos grandes empreendimentos. Ao acompanhar as audiências públicas, pude observar de perto o testemunho dos pescadores sobre décadas de convívio com os efeitos das operações da indústria petrolífera offshore, indicando como as medidas de mitigação e compensação de danos, na prática, muitas vezes não chegam a quem de fato é atingido. É digno de nota, que tais medidas de mitigação e compensação definidas no licenciamento não são ações voluntárias das empresas, mas obrigatórias por lei. Os grupos afetados por esses empreendimentos não recebem as aclamadas melhorias que eles enunciam e ficam com todo o ônus dessas atividades, a poluição, a expulsão de seus territórios etc., gerando “racismo ambiental”, ou seja, situações de “injustiça ambiental” com etnias vulnerabilizadas, nas quais a maior carga dos danos ambientais gerados pelo aclamado “desenvolvimento” é destinada às populações de baixa renda, bem como aos povos étnicos tradicionais (Herculano, 2017). Dessa maneira, os conflitos se formam no campo político e simbólico da disputa pelo poder dos espaços ocupados por populações tradicionais

e/ou periféricas que são invadidos por grandes projetos de desenvolvimento.

Seguindo a direção das análises propostas por Zhouri e Laschefski (2010), identifiquei diversas feições assumidas pelos conflitos socioambientais da implementação do Projeto Etapa 4, na região das baías de Ilha Grande e Sepetiba. Trata-se de uma situação que envolve a disputa por um território de ocupação tradicional. Caiçaras, indígenas e quilombolas perdem os seus espaços de reprodução social e familiar, seja ela econômica ou cultural, com a redução das áreas para pesca, a poluição das águas, a especulação imobiliária e a transformação da paisagem de um modo geral.

CONCLUSÕES

Na primeira fase dessa pesquisa pude identificar e caracterizar os principais aspectos que caracterizam os conflitos socioambientais associados à produção de petróleo no Pré-sal. Esse conflito parece se multiplicar em diversas outras camadas, se tornando um conflito não só por território mas também um conflito entre modos de vida e diferentes formas de se enxergar e atribuir sentido ao espaço, um conflito em torno da própria noção de desenvolvimento. Pude observar também que existe uma forma já pré-moldada de como as instâncias empresariais e governamentais se portam nessas situações de licenciamento ambiental com as comunidades atingidas. Minha pesquisa busca ampliar o conhecimento sobre a forma como as próprias comunidades atingidas se sentem e se posicionam em relação a este projeto de desenvolvimento que se impõe sobre seus territórios de ocupação tradicional. Tendo em vista que tais projetos são cada vez mais comuns em nosso país e

geram efeitos diversos e muitas vezes irreversíveis, o aprofundamento sobre a forma como têm sido conduzidos os processos de licenciamento ambiental, como uma etapa fundamental da imaginação e do planejamento econômico dessas áreas, pode contribuir de algum modo para o reconhecimento de direitos territoriais e culturais de povos e comunidades tradicionais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora e à FAPERJ pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRONZ, D. Pescadores do petróleo. Políticas Ambientais e conflitos territoriais na Bacia de Campos - RJ. 1. ed. Rio de Janeiro: E-paper, 2009. 199p

BRONZ, D.. Nos Bastidores do Licenciamento Ambiental. Uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. v. 1. 480p

HERCULANO, Selene. Racismo ambiental, o que é isso? Disponível em: http://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf. Acesso em: 30 maio de 2023

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.



Ciências Humanas

**INVESTIDORES INSTITUCIONAIS E INTERMEDIÁRIOS
FINANCEIROS NO MERCADO IMOBILIÁRIO COMERCIAL:
PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E IMPACTOS TERRITORIAIS
Otto Couto Princigalli**

**Departamento de Geografia (GGE) / Instituto de Geociências
(EGG) / Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento
(NUPACT)**

INTRODUÇÃO

O presente resumo se desenvolve dentro de debates a respeito da financeirização do mercado imobiliário, considerando como edifícios, com os quais o mundo financeiro antes não se envolvia, passou a estar, crescentemente, imbricado com a especulação. Dentre as diversas categorias de ativos imobiliários com que os investidores institucionais, atores enfocados na nossa pesquisa, podem constituir seus portfólios de investimentos, buscaremos dar maior destaque para a do galpão logístico, que vem ganhando proeminência no mercado imobiliário comercial (Yassu, 2022), em grande parte através de incentivos a compras através do *e-commerce*, especialmente a partir da pandemia de Covid-19 (Magnani; Sanfelici, 2022).

Embora o crescimento total do estoque logístico brasileiro nos últimos anos seja evidente, é para a sua distribuição desigual que daremos ênfase aqui, constatando, por exemplo, que, ao passo que estados como o Amazonas não tiveram crescimento algum no período estudado, da metade de 2018 até de agosto de 2023, outros estados tiveram grande crescimento, como a Bahia (447,74%), Santa

Catarina (279,27%) e Minas Gerais (193,07%), segundo dados da consultoria Cushman & Wakefield (2023). Isso tudo ao passo que, mesmo com curvas em ascensão nos estados mencionados, aproximadamente 75% do estoque brasileiro ainda encontra-se concentrado nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, ainda assim se mostram como alguns dos ativos mais diversificados, geograficamente, nas carteiras de investimento dos investidores institucionais cujas práticas de investimento enfatizamos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a elaboração do presente resumo, os principais materiais utilizados foram relatórios trimestrais, publicados pela consultoria Cushman & Wakefield, publicados regularmente desde agosto de 2018. Além disso, fazemos uso de notícias, principalmente da imprensa especializada, de fontes como a SiiLA, Investidor Institucional, Brazil Journal, Valor Econômico, Revista Mundo Logística, GRI Club, Revista Buildings, Uqbar, Infomoney e Logweb. Além disso, para a investigação das práticas de investimento dos investidores institucionais, nossa pesquisa vem realizando pesquisas semi-

estruturadas com seus gestores, além de outras figuras do mercado especulativo imobiliário.

Após a coleta dos dados disponíveis nos relatórios, optamos aqui por apresentar uma evolução da área logística total das regiões abordadas pela consultoria, que não engloba todos os estados brasileiros, optando aqui por apresentarmos as áreas de início, fim e suas variações.

Região	Agosto de 2018 (m²)	Agosto de 2023 (m²)	Variação percentual
Amazonas	307.500	307.359	-0,05%
Bahia	48.400	265.107	447,74%
Paraná	637.500	748.058	17,34%
Pernambuco	757.000	1.031.423	36,25%
Rio Grande do Sul	152.800	409.072	167,72%
Minas Gerais	622.200	1.823.483	193,07%
Ceará	92.600	251.955	172,09%
Pará	54.000	116.460	115,67%
Santa Catarina	103.000	390.646	279,27%

São Paulo	8.232.500	12.377.677	50,35%
Rio de Janeiro	1.704.400	2.628.365	54,21%
Brasil	12.712.100	20.349.605	60,08%

Com o que coletamos aqui, conseguimos constatar que, apesar de Rio de Janeiro e São Paulo constituírem, atualmente, quase 75% do estoque total brasileiro, representaram apenas 66% do crescimento no período, com aproximadamente 5.068 milhões de m² dos 7.637 construídos (CUSHMAN & WAKEFIELD, 2023). Em agosto de 2018, representavam, juntos, 78% do total, mostrando um movimento, apesar de incipiente, rumo a uma desconcentração da produção imobiliária logística brasileira, consonante com o discurso atual do mercado financeiro, conforme o CEO da SiiLA, em palestra recente: “se me perguntassem onde eu construiria um galpão hoje, eu falaria ‘bem longe do Sudeste’, é onde está ganhando preço, diminuindo demanda e gerando oportunidade” (SiiLA News, 2023)

CONCLUSÕES

Depois de uma crescente no crescimento do mercado imobiliário especulativo logístico brasileiro, impulsionado pelo isolamento social decorrente da pandemia em 2020 e 21, tem sido evidenciada uma tendência à desconcentração da produção de novos empreendimentos no setor, com o mercado apontando para a produção de novos galpões

fora do eixo do Sudeste, despontando o galpão logístico como ativo com notável dispersão em sua disposição geográfica, diferentemente de torres corporativas, essencialmente concentradas no eixo RJ-SP e *shopping centers*, que, quando fora desse eixo, estão, quase que exclusivamente, localizados nas capitais dos estados brasileiros. O galpão logístico, em tempos recentes, talvez aponte para a extração de renda imobiliária em outros locais do território nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUSHMAN e WAKEFIELD. **Marketbeat Brasil Industrial T2 2023**. Disponível em: <<https://cw-gbl-gws-prod.azureedge.net/-/media/cw/americas/brazil/insights/marketbeats/mb-q2-2023-industrial-eng.pdf?rev=20c4de590fc14a8aa6cfc03f666387ca>>.

MAGNANI, Maira; SANFELICI, Daniel. O *e-commerce* e os fundos imobiliários logísticos: estratégias de captura de rendas imobiliárias. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 24, n. 53, pp. 173-198, jan/abr. 2022.

YASSU, Alexandre. O galpão logístico e a financeirização urbana: da flexibilidade produtiva ao imobiliário. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 24, n. 53, pp. 257-281, jan/abr 2022.

SIILA NEWS. Os desafios da logística são destaque em palestra no segundo dia do evento Logística do Futuro. **SIILA**. 31 de agosto de 2023, disponível em: <<https://siila.com.br/noticias/desafios-logistica-destaque-palestra-segundo-evento-logistica-futuro/6506/lang/pt-br>>.



Ciências Humanas

Formas comerciais de distribuição alimentícia em cidades médias: análise dos supermercados e suas estratégias espaciais em Campos dos Goytacazes

Lucas da Silva Pessanha; Leandro Bruno Santos

Departamento de Geografia de Campos/ Núcleo de Estudos em

Economia Política Geográfica (NEEPG)

INTRODUÇÃO

O ramo supermercadista desenvolveu-se em 1912, logo após uma crise sistêmica do capitalismo, como resultado da junção de dinâmicas que até então ocorriam de maneira dispersa, ou seja, agora o que era encontrado em diferentes lugares, passa a ser encontrado em um só espaço. Pintaudi (1984,1999) denomina esta característica de concentração espacial e econômica. Em 1953, a partir do supermercado Sirva-e, se inicia este modelo de autosserviço no Brasil (VAROTTO, 2006). Os supermercados se fortaleceram com as transformações das formas de consumo e comércio, mas não só isso, essas mudanças também levaram a mudanças na organização do espaço geográfico, alterando, com isso, as relações urbanas e de cidade. A abertura econômica dos anos 1990 fortaleceu a entrada de capitais internacionais no território brasileiro e potencializou a consolidação de capitais nacionais de grande porte, ocasionando um verdadeiro boom no que diz respeito à centralização e concentração econômica e pondo em evidência outros territórios, especialmente as cidades médias. Campos dos

Goytacazes-RJ, apresentando todas as características fundamentadas por Corrêa (2007), é inserida nesse processo de expansão das grandes redes supermercadistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos pela pesquisa indicam que, no ano de 2021, predominavam estabelecimentos supermercadistas que empregam 0 empregados, com 24 estabelecimentos (estes, comandados pela própria rede familiar). Na faixa de 1 a 4 empregados, havia um total de 17 estabelecimentos e, na faixa de 100 a 249 empregados, o ramo contava com 17 estabelecimentos na cidade de Campos dos Goytacazes. Aproximadamente 49% enquadram-se como pequeno porte. No número de empresas, notou-se o processo denominado de concentração e centralização econômica (SPOSITO; SPOSITO, 2017). Em Campos dos Goytacazes, a concentração econômica ocorre a partir da queda considerável no número de CNPJ a partir de 2011 (de 64 para 23), um verdadeiro contraponto ao aumento no número

de estabelecimentos. Quanto aos empregos formais, notou-se um aumento gradativo, mas foi a partir de 2019 (muito devido à Covid-19) que o incremento se acelerou. Verifica-se a importância do ramo varejista supermercadista para a economia de Campos dos Goytacazes, tendo como base os salários e outras remunerações geradas. No que diz respeito às estratégias espaciais de localização, notamos que há diferentes formas de localização levando em consideração o porte dos supermercados. Enquanto os supermercados de grande porte locais e extralocais encontram-se em grandes eixos de circulação, o que lhes permite atender em escala intra e interurbana, os de médio porte, por sua vez, buscam se localizar em torno do centro histórico, subcentro e vias que permitam a acessibilidade. No caso das empresas de pequeno porte, nota-se que os estabelecimentos estão afastados do centro histórico e localizam-se na periferia da cidade. Com relação aos pequenos supermercados na cidade, é preciso fazer uma distinção: os supermercados autônomos e os que fazem parte da Rede Economize Mais, que mais tarde vieram a se transformar na Rede Smart. Nota-se também que as estratégias de fidelização se tornaram tão importante quanto as de localização, em que o foco é relativizado entre localização e produto final (Santos, 2021).

CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, podemos considerar a importância do ramo de comércio varejista não só para a economia local da cidade como também na reestruturação da cidade frente à magnitude dos capitais e as lógicas pelas quais

são orientados. Outra consideração diz respeito à localização dos estabelecimentos que varia de acordo com o tamanho; enquanto os de grande porte vão se localizando em grandes vias de localização, os de médio porte adotam a estratégias de fixarem-se próximos ao centro histórico, subcentro e centralidades distribuídos pela cidade; já os de pequeno porte são empurrados para a periferia da cidade onde buscam reagir sob a forma associação (Rede Smart). Por último, para além da questão locacional, percebemos que a fidelização dos clientes passou a ser importante para as empresas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à instituição de fomento e ao NEEPG.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, v. 1, p. 23-33, 2007.
- PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, A. F. (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999, p. 143-158.
- PINTAUDI, S. M. O lugar do supermercado na cidade capitalista. Geografia: Revista da Associação de Geografia Teorética, v. 9, n. 17-18, p. 37-54, outubro, 1984.
- SANTOS, Flaviane Ramos dos. Estratégias espaciais e estratégias de fidelização de empresas varejistas: uma análise das lojas Pernambucanas. Revista da ANPEGE, v. 17, n. 34, p. 20-39, 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão;
SPOSITO, Eliseu Savério. Articulação entre
múltiplas escalas geográficas: lógicas e
estratégias espaciais de empresas. GEOUSP
Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 462-
479, 2017

VAROTTO, L. F. História do varejo. GV
executivo, v.5, n.1, p. 86-90, fev./abr. 2006.

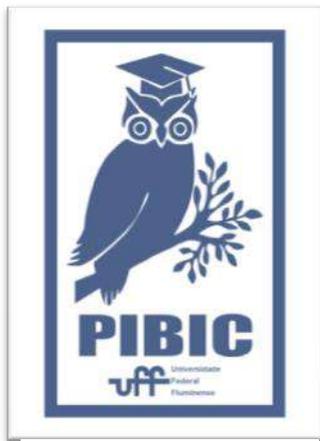


Imagem 1: Imagem PIBIC



Área do conhecimento: Ciências Humanas/
Psicologia/Tratamento e Prevenção.

Título do projeto: Índices clínicos para diagnóstico psicanalítico de psicose no marco da pós-emergência sanitária de COVID-19.

Autor: Alexandre José da Costa Santos (Departamento de Psicologia/UFF - Volta Redonda. MAT. FAPERJ: 2022058105).

Orientadora: Prof. Claudia Henschel de Lima (Professora Associada III. Departamento de Psicologia. UFF - Volta Redonda).

INTRODUÇÃO

O trabalho investiga, a partir do referencial psicanalítico, o desencadeamento de psicose expresso nas relações entre o contexto de restrições e alterações cotidianas impostos pela emergência sanitária de COVID-19 e as manifestações clínicas de sofrimento psíquico, almejando a produção de índices clínicos que auxiliem na identificação e na elaboração de um diagnóstico diante desse tipo de caso.

Assim, foram elaborados três passos metodológicos, sendo eles:

1. Sistematização, por meio de meta-análise dos dados de 32 artigos científicos obtidos em levantamento em bases como Scielo, Bireme, Scopus;
2. Levantamento do conceito de desencadeamento nas referências clássicas de Freud e Lacan, bem como referências atuais do campo da psicopatologia psicanalítica.
3. Tabulação dos estudos de casos conduzidos pelos estudantes da graduação e da pós-graduação associados ao LAPSICON (*Laboratório de Investigação das Psicopatologias Contemporâneas*).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito de desencadeamento como formulado na literatura clássica fornece uma

importante ferramenta teórica para compreender como o psiquismo na psicose relaciona-se com a conjuntura das relações sociais e cotidianas. Assim, a formulação da hipótese de que a COVID-19, a iminência da infecção viral, o colapso dos sistemas de saúde e econômico, as restrições de alguns direitos civis em função das estratégias de isolamento e contenção da propagação do vírus, configuram uma *conjuntura* de desencadeamento - conceito fundamental para construir uma relação lógica entre a situação experienciada mundialmente e a emergência de diversas manifestações clínicas descritas na literatura.

O conjunto de estudos de caso, presentes na literatura científica evidenciam três princípios definidores do funcionamento psíquico na psicose:

1. A constituição da estrutura ocorre a partir de um fator estrutural e se dá em um tempo distinto de seu desencadeamento;
2. A ocorrência do desencadeamento demarca dois tempos na estrutura: antes do desencadeamento e depois do desencadeamento;
3. O desencadeamento está intimamente articulado ao fator estrutural que constitui a psicose.

Em 1958, Lacan, publica um de seus proeminentes escritos *De uma Questão Preliminar à todo Tratamento Possível da Psicose* (1957-1958/1998), que condensa um certo avanço na compreensão e principalmente na possibilidade de tratamento da psicose, fundamentando no princípio conceitual de que a estrutura psíquica na psicose é determinada pela forclusão do significante Nome-do-Pai, com base neste princípio específico, Lacan, retoma o conceito de *modificações na situação vital*, formulado a partir do caso Aimée como uma série de eventos estressores que exigem a tomada de posição por parte do paciente (1932/1987) reduzindo sua amplitude, e formalizando uma redução estrutural a conjuntura de encontro com o significante foracluído – Um-Pai (Lacan, 1957-1958/1998)

Ainda, é importante ressaltar que a literatura sobre outras epidemias similares que envolveram em certa medida os mesmos aspectos de alteração da vida social e cotidiana, já apontam para uma relação entre manifestações clínicas e essas alterações, produzindo impactos consideráveis nos quadros de saúde mental e psíquica desses sujeitos.

CONCLUSÕES

Os dados coletados a partir da meta-análise dos artigos, bem como o estudo dos casos atendidos pelos alunos associados ao LAPSICON, evidenciam a necessidade da produção científica de qualidade que possibilite uma compreensão específica desses casos, fornecendo subsídio teórico principalmente para a formulação de estratégias de prevenção, redução, e enfrentamento desse impacto. É nesse contexto que a literatura clássica, principalmente a partir da referência de Lacan

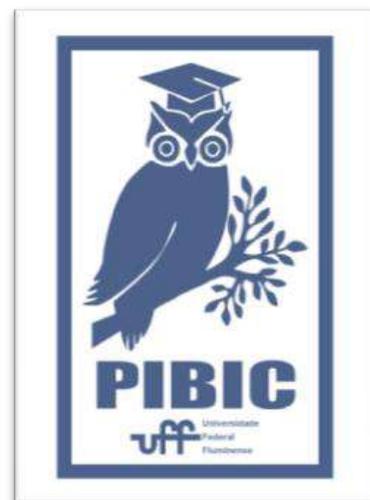
acerca da etiologia e do desencadeamento das psicoses demonstra atualidade e consistência, uma vez que as situações impostas pela emergência sanitária da COVID-19 provocaram uma descontinuidade subjetiva de amplo espectro e em função de uma conjuntura contingencial.

REFERÊNCIAS:

Henschel de lima, C.; Scardelato Dallamarta, R.; Silva Cunha, J.; Sampaio, T; Da Costa Santos, A.J. (2023). Pandemia de COVID-19 e desencadeamento da psicose. *Psicologia e Saúde em debate*, [S. l.], v. 9, n. 2. DOI: 10.22289/2446-922X.V9N2A4.

LACAN, J. (1932). *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. (1998). *De uma Questão Preliminar à todo Tratamento Possível da Psicose* (1957). In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.



Grande área do conhecimento: História do Brasil - Império

Título do Projeto: Escravidão e literatura, em publicações de políticos e romancistas

Autores: Maria Eduarda de Castro

Ronda

Departamento/Unidade/Laboratório:

História – IHT - Escrihas

INTRODUÇÃO

O projeto de Iniciação Científica desenvolvido por mim, sob orientação do Professor Dr. Ronald Raminelli, tem por objetivo estabelecer uma análise e relação das obras *Iracema* (1865) de José de Alencar e *O Mulato* (1881) de Aluísio de Azevedo, na intenção de identificar argumentos que explicitam a conexão da literatura não somente com a vida política brasileira, mas também com a criação de uma identidade nacional coletiva. Intenciona-se, sobretudo, a refletir a literatura como um objeto histórico, para além de sua definição como produção artística.

Iracema e *O Mulato* guiam a indagação e posterior crítica do que é - e quem é - o brasileiro no Império, e são reflexo de questionamentos acerca do papel da mestiçagem no contexto sócio-histórico, observando seu papel duplo em realidades distintas: material (vida política) e imaterial (literatura e construção artística).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A consolidação do programa político oitocentista é inerente a fatores além dos princípios legislativos, integrando-se a

outros meios da sociedade e, pouco a pouco, projetando sua imagem nos principais polos da vida cotidiana e privada do Brasil. Observa-se como orquestrada justamente por seguir uma tradição particular, que sistematizou a questão da cidadania e partiu da intenção de construir um ideal nacional, definindo os parâmetros de inclusão e exclusão social. No âmbito formal, investiu-se na importação de retóricas filosóficas clássicas na tentativa de aproximar os novos ideais brasileiros da realidade europeia - há um duplo movimento, nesse sentido, onde idealiza-se um padrão a ser alcançado e o reafirma através de pilares concretos. Se a política pode ser imaginada, um padrão coletivo também.

A literatura é o que balanceia os fundamentos do Império, unindo as perspectivas teóricas e religiosas e as transmutando como parte de uma narrativa: a primeira fase do romantismo voltou-se para o discurso dicotômico de bom selvagem e herói, relatando a inventada amistosidade entre as duas populações que formaram o Brasil e deram luz ao povo brasileiro. *Iracema* (1865), de José de Alencar, sintetiza essa mentalidade ao definir o nascimento da América e do americano como fruto da mestiçagem entre o homem branco e a mulher indígena; as populações originárias passam a exercer um papel de alicerce na criação da homogeneidade identitária da nação brasileira, ainda que politicamente e socialmente sua existência fosse negada. O próprio autor e principal nome do romance nacional tendia as ideias mais

conservadoras e defendia o sistema escravocrata, apesar de sua obra - ainda que inerente à outra minoria - celebrasse a união em prol de uma identidade coletiva. O Brasil de *Iracema* vinha do indígena mas de forma alguma o inclui na lógica tradicional do Império.

Se essa dialética formulou a estrutura imperial - enraizada nos preceitos de plano governamental excludente, no catolicismo como meio de justificativa na esfera política e vida particular, e em uma economia circunstancialmente escravista - portanto é capaz de articular sua desconstrução: o romantismo e o indianismo se opõem aos ideais naturalistas adotados pelo *ativismo escrito* dos abolicionistas. Separados por duas décadas, *O Mulato* (1881) não somente inaugura uma nova escola literária brasileira, mas também uma nova definição do que poderia ser entendido como identidade nacional - seu cerne reside na mestiçagem já conhecida no romance *Iracema* (1865), mas seu canal é outro. Aluísio de Azevedo partia da premissa romântica e maniqueísta usada para definir mulatos no intuito de, ao passo que a descrevia, também a criticava. É o que esclarece sua produção literária como naturalista, onde busca-se levar ao limite as indagações sobre o que é ser humano e o que está inseparável na sua natureza; onde o bem e o mal são ressignificados (movimento recorrente no repertório antiescravista).

Do contraste e abominação do romantismo, é concebido um novo brasileiro: o protagonismo é passado a uma classe social emergente, que ocupava lugares anteriormente renegados e que não era

propriamente associada aos dois extremos existentes - em termos de visibilidade política - na sociedade (branco livre ou africano escravizado).

CONCLUSÕES

A relação mútua da esfera política e literária é considerada e justificada por meio da contraposição da mensagem revelada nos romances e a realidade das personagens principais no meio social do Império, criando uma justaposição de visibilidade versus apagamento. A literatura, portanto, se configura como forte base estrutural, contribuindo para ciclos de exclusão e inclusão, fortalecendo ideologias e refletindo opiniões e observações para além da simplicidade de uma narrativa ficcional.

Iracema e *O Mulato* partiram de princípios similares e com intenções próximas, ainda que o viés político fosse extremamente divergente. Sobretudo, ressaltam a versatilidade do escritor brasileiro oitocentista, que ao encarar um cenário político recluso, usa da escrita para ser também um indivíduo do Estado.

Estas obras fizeram parte de um programa político intencional, fugindo da lógica atemporal que é vinculada à literatura, e demonstrando os interesses e perspectivas de seus respectivos autores, além de localizá-los no debate histórico oitocentista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Ronald Raminelli e a minha rede de apoio que mantenho por perto, que me escuta quando me permito falar e que me apoia mesmo quando não me entende totalmente.



GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS
INVESTIGANDO A HISTÓRIA DA
GEOGRAFIA ESCOLAR: OS MANUAIS
ESCOLARES DE RAJA GABAGLIA PARA O
CURSO SECUNDÁRIO (1920-1940)

Faculdade de Educação da UFF

Autores: Lucas Zanelatto Pullig e Diego Carlos
Pereira (Orientador)

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de iniciação científica decorre de uma pesquisa de doutorado desenvolvida pelo orientador no âmbito da História da Geografia Escolar e das investigações com a cultura escolar materializada através dos manuais escolares. A temática deste estudo se debruça à análise historiográfica do manual escolar "Práticas de Geographia (1930), de autoria do professor Fernando Antonio Raja Gabaglia para o curso secundário, contextualizando a obra historicamente e analisando-a à luz das influências do Movimento Escola Nova. Gabaglia foi um importante agente no processo de renovação da Geografia Escolar na primeira metade do século XX. Para a etapa da análise, utilizamos da perspectiva qualitativa da análise documental desenvolvida por Bacellar (2008), acreditando que o manual não deve ser tomado como delimitador de uma verdade estatística. Assim, através de conjuntos de sinais e indícios, cotejamos possibilidades - entendendo que esses dados podem ser reveladores de fenômenos mais gerais

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos o surgimento e o fortalecimento do movimento renovador escolanovista no Brasil, há de se considerar a

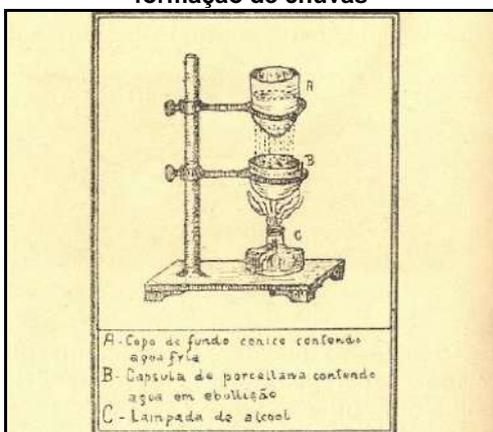
forte relação de causalidade que este carrega em relação à mudança da matriz econômica brasileira e à instauração de um Governo Provisório de caráter nacional-desenvolvimentista na década de 1930. A partir da eclosão de um complexo projeto de industrialização acelerada, uma série de demandas imbricadas no processo de expansão da atividade fabril emergiram na conjuntura política nacional - dentre elas, se destaca a necessidade de formação de mão de obra técnica para o trabalho na fábrica (SAVIANI, 2008). Romanelli (1984) afirma que a crise no sistema cafeeiro e a singela expansão industrial e urbana do país no final do século XIX e início do século XX suscitaram mudanças nas relações de produção do país e introduziram novas questões ao âmbito educacional (pela necessidade de diminuir o analfabetismo e para a qualificação ao trabalho).

Com a tardia revolução industrial brasileira, o movimento Escola Nova emerge no país, e torna-se um importante mecanismo de discussão educacional a nível nacional. Escolanovistas almejavam mudanças no contexto educacional. Segundo Saviani (2008), o documento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, expressa sua justificativa pelo ponto de vista econômico. No que tange às finalidades, o Manifesto introduz que na Escola Nova a

educação se baseia por uma “concepção de vida” própria do aluno e do ambiente em que ele vive, ou seja, um ponto de vista ideológico pelo qual as relações de vida do aluno são determinadas pelas estruturas sociais (SAVIANI, 2008). Contrapondo às concepções tradicionais em que o indivíduo tinha sua autonomia isolada, a Educação Nova pretendia dar ênfase ao indivíduo e ao seu meio social. O aluno passa a ser o centro do processo de aprendizagem e as atividades práticas de pesquisa, observação e interpretação pelo aluno deveriam ser incentivadas.

Nesse sentido, identificamos no manual escolar de Raja Gabaglia um movimento constante e radical no sentido de propor a renovação do ensino de Geografia, através do método ativo de ensino, pondo o aluno no centro do processo de aprendizagem através da observação empírica. O manual propõe uma série de experiências para a reprodução e a observação de fenômenos, como no exemplo a seguir:

Figura 1 - Demonstração experimental da formação de chuvas



Fonte: GABAGLIA (1930, p.24)

Além disso, há a busca por aproximar a Geografia das ciências naturais e exatas, para ganhar ares de cientificidade num momento onde a ciência geográfica era posta

à prova em seus métodos e objetos. Assim, a Geografia Física fora amplamente explorada. Além disso, em análises mais recentes identificamos uma preocupação de cunho nacionalista na obra do autor. Há, nesse período, um Estado centralizador, forte, com o ideal de unificação da nação e integração do país em torno do projeto de desenvolvimento urbano-industrial. Dessa forma, a Geografia Escolar foi instrumentalizada com a intenção de gerar um sentimento nacionalista, patriótico, no tecido social. Nesse sentido, Raja Gabaglia contribui com esse processo propondo metodologias de ensino ativo no processo educativo e fazendo a escolha curricular pelo nacional, o que influenciou na formulação das reformas educacionais posteriores à sua produção.

CONCLUSÕES

Podemos dizer que Raja Gabaglia foi um importante agente no processo de modernização da Geografia Escolar no início do século XX, atuando na produção bibliográfica da área e propondo uma renovação radical dos métodos de ensinar Geografia, valorizando o ensino ativo e atuado na gestação de um sentimento nacionalista no contexto de emergência do Estado Vargasista.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: _____. PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

GABAGLIA, Raja. **Práticas de Geographia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 5 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - pelo financiamento (Processo SEI 260003/012158/2021).



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Circuitos de Informação: visões de experimentação comparada da Antiguidade

Diogo Costa Machado

Instituto de História/ Departamento de História/ Núcleo de Estudos sobre Representações e Imagens da Antiguidade

INTRODUÇÃO:

Essa pesquisa está vinculada ao projeto de Grupos Emergentes de mesmo título, financiado pela FAPERJ. Trabalhando com um recorte de longa duração, analisaremos a mobilidade de pessoas, artefatos e ideias e suas apropriações para a construção de experiências locais. Essa pesquisa de iniciação científica enfoca a mobilidade e as trocas no Egeu a partir da insularidade, tomando como estudo de caso a ilha de Delos no período helenístico. Minha questão central está na construção da centralidade desta ilha nas redes do mar Egeu, tomando por base tanto documentação textual quanto epigráfica e arqueológica. Vale destacar que uma das finalidades desse projeto é a produção de material de divulgação científica e para o Ensino de História Antiga na educação básica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Esse primeiro ano de pesquisa, se dedicou à familiarização com o contexto, a abordagem teórica e as análises das documentações textuais. Desde o início observei que alguns termos como conectividade, redes e insularidade se

destacaram por serem centrais para o estudo da antiguidade clássica. Em especial, o entendimento das problemáticas que permeiam esses termos é crucial para a compreensão da helenidade, da experiência das pólis e das interações nos mares Egeu e Mediterrâneo.

Quanto à questão da conectividade foi notado que a região sul do mar Egeu era especial em comparação com a parte norte desse mesmo mar. Isso porque a proximidade entre essas ilhas foi um fator importante que favoreceu a navegação naquela região e impulsionou suas conexões com a Grécia continental e Ásia Menor, bem como com Creta e Chipre. A navegação de cabotagem na região é verificada desde a Idade do Bronze, mas é a partir do período Clássico que Delos começou a se tornar central nesta rede. Por sua vez, isso aconteceu no contexto das guerras grego-pérsicas, mais precisamente com a criação da Liga de Delos quando a ilha se tornou o centro de deposição do tesouro da liga que era armazenado no templo de Apolo.

Com isso o porto de Delos cresceu em relevância tornando-se um dos mais importantes do mar Egeu, o que fez com que a ilha fosse politicamente central na região. Além disso, constatei também que Delos era central no imaginário religioso helênico desde o período

arcaico, pois, segundo a mitologia helênica, a ilha era o local de nascimento dos deuses gêmeos, Apolo e Ártemis. Em virtude dos pontos supracitados e em decorrência do costume criado desde a época em que a ilha foi dominada e administrada pelos atenienses, parte da minha pesquisa dá-se acerca dos inventários produzidos pelo templo de Apolo, que eram publicados anualmente. Outrossim com os dados levantados pelo estudo desses inventários e das citações sobre a ilha nos textos antigos acredito que seja possível construir um mapa historicizado (storymap) que demonstre a dimensão das redes de contatos da ilha, além de um panorama que nos ajude a compreender de quais modos a ilha era vista pelas pessoas de sua época.

CONCLUSÕES:

Dos inventários do templo de Apolo em Delos, tem-se a listagem de evergetas (que inclui os reis helenísticos) e, por conseguinte, uma rede de localidades e seus representantes vinculada à ilha. Da atuação de Delos no Egeu e do crescimento das atividades em seu porto, que na opinião dos escavadores teria relação com a questão da escravidão no mundo antigo. Delos foi um dos maiores portos escravistas do mundo antigo, tendo inclusive o que poderia ter sido a primeira estrutura construída com a única e exclusiva função de comercializar pessoas em situação de escravidão, a chamada “ágora dos italianos”; temática que devo continuar a analisar nessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço imensamente a minha família

que me proporciona a possibilidade de estar aqui no Rio de Janeiro seguindo meu sonho de estudar história na UFF, além de agradecer imensamente o carinho e paciência da minha orientadora que sempre me guiou nesse árduo caminho que venho trilhando de aprender como é o estudo e a pesquisa acadêmica na área de história. Por fim, não poderia esquecer de agradecer tremendamente a FAPERJ que vem financiando a minha bolsa de Iniciação Científica e incentivando a pesquisa acadêmica.





Ciências Humanas

Memória e cidade: estádios de futebol no Rio de Janeiro Niterói e São Paulo (1937-1950) – Bolsa Iniciação Científica Projeto Universal CNPq

**MAGALHÃES, Livia G.; SOUZA, Gabriel V. de
GHT/IHT/Brasil Republicano/UFF- Niterói**

INTRODUÇÃO:

Em 2020, a pandemia de Covid-19 assolou todo o mundo, marcando a vida de todos a partir da sua chegada. Além da questão científica e médica por trás do vírus e da sua propagação, a pandemia gerou debates que vão além desse âmbito. No Brasil, os holofotes também estavam voltados para aquilo que é visto como um dos maiores patrimônios do país: o futebol. Apesar da sua momentânea paralisação, o esporte ganhou uma valiosa posição nesse momento de combate à pandemia, através da transformação de estádios, sejam eles de administração pública ou particular, em hospitais adaptados para o atendimento de pacientes ou até mesmo como postos preparados para a realização de testes virais.

Neste momento, os estádios passam a não ser vistos apenas como palcos de eventos esportivos, sendo possível compreender a capacidade das praças esportivas de possuírem outros significados, sejam elas nos meios esportivos, sociais, políticos, etc. Relembrando assim, memórias passadas destes estádios que se associam a estes outros âmbitos como, por exemplo, o papel de São Januário e o Pacaembu durante o período de ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, O Maracanã

com os seus eventos públicos e privados que fluíram desde a realização de shows musicais, festas infantis com direito a chegada do papai Noel de helicóptero a realização de vestibulares no local, no concreto da arquibancada. Além do Estádio Caio Martins, fio condutor do projeto, localizado em Niterói, onde foi utilizado como prisão política após o golpe civil-militar em 1964.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao longo do ano de 2023 participei como bolsista de eventos, reuniões de debate do projeto e visitas de campo à estádios. Além disso, tive a oportunidade de apresentar com o colega João Bettencourt dos Santos Madeira o trabalho “Estádios de massas, novas arenas e a disputa pelo modo de *torcer no futebol moderno*” em agosto de 2023 no VI Seminário LEME – *Nos gramados da democracia: reflexões sobre esporte e mídia*, na UERJ. Foi um importante espaço para apresentar nossos avanços do projeto como para conhecer outras pesquisas e participar de debates sobre o tema.

CONCLUSÕES:

Até então, a realização do projeto proporcionou duas visitas guiadas a diferentes praças

esportivas no município do Rio de Janeiro. Primeiramente ao Estádio José Bastos Padilha, na sede social do Clube de Regatas Flamengo, localizado no bairro da Gávea, na zona sul do município e posteriormente ao Estádio Leônidas da Silva, praça esportiva do Bonsucesso F.C, localizado na avenida Teixeira de Castro, no bairro que batiza o nome do clube. Nas duas visitas, por meio da excelente recepção recebida em ambos os locais, foi possível compreender a rica história esportiva dos clubes, tanto na sua escala regional quanto nacional.

Entretanto, fomos positivamente surpreendidos por uma história destes locais que vai além da questão futebolística, atravessando as quatro linhas que delimitam o campo, interagindo com os atores sociais locais (Mascarenhas, 2014). Nos dois casos específicos, foi destacado a relação do bairro e dos arredores com o clube que habita a região, sendo o caso do Bonsucesso Futebol Clube ressaltado pelas recentes disputas pelos espaços do clube diante de crises financeiras que afetam a manutenção e administração do espaço e o caso da sede social do Club de Regatas do Flamengo atrelado a apropriação do espaço pelo clube, buscando compreender e se aprofundar acerca da sua relação com o poder público na realização da expansão da sede, o impacto social de suas obras e o processo de desenvolvimento da região. Dessa forma, com a possibilidade de relacionar as praças esportivas visitadas com o seu entorno e as suas relações, é possível uma melhor compreensão da ideia de estádios de futebol associados ao conceito de lugares de memória de Pierre Nora (1984).

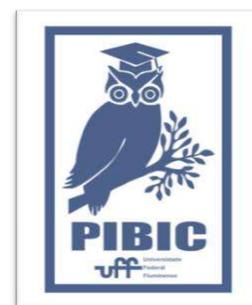
AGRADECIMENTOS:

gostaria de expressar o meu mais sincero sentimento de gratidão em poder participar deste incrível projeto rodeado de mentes brilhantes, que vão desde todos os professores envolvidos aos meus colegas bolsistas. A experiência de participar de uma pesquisa com tamanha importância tem sido um grande aprendizado. Em equipe, ideias estão sendo transformadas em realidade, possibilitando uma maior compreensão da relação entre os estádios de futebol e os atores sociais que o rodeiam. Em especial, agradeço à Prof. Dra Livia Gonçalves Magalhães por esta valiosa oportunidade e pela confiança depositada em mim. Estou ansioso para continuar trabalhando com esta grande equipe e seguir minha vida acadêmica trabalhando com esta temática.

BIBLIOGRAFIA:

MASCARENHAS, G. Entradas e Bandeiras: a conquistado do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

NORA, P. Les lieux de mémoire I – La République. Paris: Gallimard, 1984.





Ciências Humanas

Título do Projeto: História pública e carnaval: “Cidadania contra a Fome” no desfile da Império Serrano de 1996 – Betinho, demandas sociais e usos do passado

Jhonnatas Ribeiro de Carvalho (Bolsista) / Juniele Rabelo de Almeida (Orientadora)

Instituto de História/Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI)

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho contribui para a compreensão da História Pública no Brasil. Partindo de um estudo de caso que promovia a interface entre esta com carnaval, sobretudo o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, estabeleceu-se um estudo de caso acerca do enredo “E Verás Que Um Filho Teu Não Foge à Luta”, apresentado pelo Grêmio Recreativo Escola de Samba (GRES) Império Serrano, no desfile do Grupo Especial ano de 1996, realizado em homenagem ao sociólogo Herbert José de Souza (1935-1997), o Betinho, fundador do Instituto de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e articulador nacional da Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Nesse sentido, o objetivo era compreender as demandas sociais e usos do passado acerca da trajetória de Betinho presente no desfile, e como relacionam-se com o debate público do período. Desse modo, empreenderam-se entrevistas de história oral de vida com sujeitos, como por exemplo o compositor Aluísio Machado, o jornalista Aydano André Motta, o cantor e compositor Jorge Antônio Carlos, o Jorginho do Império, e a pesquisadora Rachel Valença. As

quais somaram-se à montagem de acervo que compunham-se pelo material relacionado ao ciclo de preparação do desfile da agremiação - compreendendo-se em matérias jornalísticas, do Jornal do Brasil e Jornal O Globo, sambas-enredo concorrentes, etc.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Retomando as matérias de periódicos pode-se observar início um certo debate no interior da Diretoria do Império Serrano. Uma vez que observou-se a existência de propostas de patrocínio de enredo oriundas do setor privado. Fenômeno este, que estabelecia-se como prática comum.

Entretanto observar o ciclo do carnaval “1996”, notou-se que justificar a escolha de Betinho por parte do Império Serrano identificou-se que os carnavalescos Ernesto Nascimento e Actir Gonçalves compreendiam a existência de uma “tradição” em torno da escola para abordagem de temáticas “sérias” (LIESA, 1996).

As entrevistas notou-se um aspecto comum, majoritariamente remetiam à estreita relação do Império Serrano com valores democráticos e de liberdade. Aluisio Machado retomou a figura do compositor Silas de Oliveira (1916-1972), autor

do samba-enredo “Heróis da Liberdade” (1969). No caso de Rachel Valença, em especial, relaciona-se fortemente com este compositor, entretanto, apresenta o processo eleitoral do Império Serrano, em detrimento à Ditadura Militar (1964-1985). Aydano, em especial, também corroborou com a perspectiva da guinada da escola às temáticas sociais.

A construção narrativa do desfile esteve em profunda sintonia com as ações promovidas pela campanha, de modo que notou-se um distanciamento de uma abordagem histórico-biográfica, ou melhor, de ênfase “personalista” de Betinho.

Entretanto, esse aspecto foi um aspecto de consenso entre o Império Serrano e o homenageado. Na qual viu-se um desenvolvimento congruente com as perspectivas desenvolvidas pela Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, como a solidariedade, a importância dos veículos de comunicação.

Outro elemento que saltou apresentou-se fortemente foi um engajamento extremamente ativo do Império Serrano com as pautas e mobilizações sociais capitaneadas por Betinho, como por exemplo a Caminhada da Paz, realizada no final de 1995.

Bem como a mobilização de importantes atores políticos naquele período oriundos do Partido dos Trabalhadores. Bem como a viu-se a participação de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), oriundos de estados como São Paulo e Paraná, por exemplo.

CONCLUSÕES:

Por fim, constatou-se que no período carnavalesco constitui-se como um cenário de amplo debate social. Em que neste caso específico proporcionou estabelecimento de estreitas com elementos constituintes da memória e da identidade do Império Serrano. Em que constituiu-se uma narrativa que abordou pujantes temáticas no debate público pública

AGRADECIMENTOS:

Agradeço profundamente ao CNPq pelo fomento, à todos os integrantes do Labhoi, que cotidianamente fomentam um espaço seguro e de acolhimento. Destaco aqui à Profa. Dra. Juniele Rabelo de Almeida, que no processo de orientação promoveu o meu desenvolvimento acadêmico e humano. À minha família, aos meus amigos. Por último mas não menos importante, os “imperianos” e ao “nilopolitano”, pois, sem eles, o presente trabalho não teria sido possível.





Ciências Humanas

Os discursos de Caio Aurélio Cotta no *De natura deorum* e suas interpretações

Yuri Hensel Fonseca Maia (orientadora: Prof.^a Dr.^a Alice Bitencourt Haddad)

Departamento de Filosofia/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Laboratório Aporia – Núcleo de Filosofia Antiga e Recepção

INTRODUÇÃO:

Nossa pesquisa teve como objeto um diálogo filosófico de Cícero intitulado *Da natureza dos deuses*, obra em que se trata das doutrinas filosóficas a respeito dos deuses e da importância e da centralidade da prática religiosa na vida romana. Nossos estudos se concentraram sobretudo nos problemas que dizem respeito às questões pragmáticas discutidas no diálogo, e, em maior grau, em como entendê-las corretamente no contexto de uma reflexão filosófica, isto é, em como compreender as razões que tornam possível que tais questões sejam discutidas filosoficamente e, por outro lado, conservem uma autonomia em relação à filosofia.

O cerne desses problemas está nos discursos do personagem Caio Aurélio Cotta, o neoacadêmico a quem Cícero confia a tarefa de dar a contraparte aos discursos de Caio Veleio e Quinto Lucílio Balbo, respectivamente o epicurista e o estoico do diálogo. Os discursos de Cotta dão margem a variados tipos de interpretação, uma vez que o seu ceticismo

acadêmico tem sido muitas vezes interpretado, por uns, com um pragmatismo formalista de natureza contraditória, enquanto também é possível enxergar nessa figura um comportamento não contraditório, mas bastante coerente tanto com a filosofia e com a noção que dela se tinha na Antiguidade, como com as práticas religiosas que se desenvolviam no seio da sociedade romana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Uma formulação interessante da visão de que Cotta se comportava como um cínico¹ é a de Joseph Ratzinger.² De acordo com Ratzinger, quando vemos Cotta defendendo a manutenção da prática religiosa e a conservação dos costumes da tradição, a despeito de uma sua fundamentação filosófica, deparamo-nos, então, com a máxima expressão

¹ Empregamos o termo em sua acepção popular, de maneira nenhuma fazendo referência ao movimento filosófico iniciado por Antístenes e Diógenes de Sínope.

² Ratzinger, 2003, p. 188-197.

de um cinismo, amiúde típico das religiões antigas, pré-cristãs, que, nascido do interesse na coerção e no constrangimento das massas, difunde a ideia da religião apenas como uma farsa. No fim das contas, a religião antiga, na visão de Ratzinger, é um instrumento de opressão que serve aos propósitos de uma elite que, ciente de sua natureza filosoficamente frágil, a mantém como se mantivesse um formalismo, mas a defende como se a continuidade da ordem social dependesse diretamente das estabilidades geradas pela religião (leia-se: através do medo).

Esse tipo de interpretação deriva do entendimento de que os discursos de Cotta seriam significativos exemplos de um processo de racionalização que teria acontecido na religião romana durante a Antiguidade Tardia. Determinadas falas³ do personagem têm sido entendidas como a primeira expressão de um movimento que exigia, para a religião, uma fundamentação filosófica. O ritualismo, marcante característica da religião romana, teria perdido, suposição de Ratzinger, sua capacidade de convencimento, e assim, com o advento da filosofia, determinados tipos de necessidade teriam sido, então, importados para dentro da religião, como fundamentar um postulado em argumentos. Assim, todas as crenças e todas as práticas rituais teriam se tornado objeto da especulação filosófica e, por outro lado, teriam tido sua fragilidade exposta, uma vez que a discussão não chegou a um consenso sobre elas. Aí o círculo se completa: com a vacuidade intelectual da religião romana, uma defesa de sua continuidade só poderia se

dar nos termos de um interesse obscuro, de um ardil.

CONCLUSÕES:

A apreciação mais detida da interpretação ratzingeriana, sobretudo quando se tem comparativos na historiografia,⁴ revela uma série de incongruências e anacronismos no tratamento da religião romana. O pressuposto geral de toda a interpretação é o de que o ritual é um elemento moralmente vazio, e que como o centro vazio de uma vida religiosa ele operava como uma variável cujo valor seria definido pelo interesse daqueles que o mantinham. Esse pressuposto, no entanto, é insustentável, uma vez que o rito, como bem demonstram estudos de história e antropologia (colhemos informações sobretudo de John Scheid), instituiu uma série de valores e atividades e conferia sentido à vida, sendo o lugar comum dos romanos, o centro de toda a sua vida. O rito tanto tinha um sentido religioso e moral capaz de ser apreendido por quem quer que o praticasse, como constituía um circuito que, percorrido pelo povo romano em conjunto, fundava sua rede de costumes e hábitos.

Assim, a reflexão filosófica sobre a religião (e, no caso de que tratamos, sobre uma religião ritualista) não indicava qualquer processo de racionalização, mas a possibilidade que a religião fornecia de se pensar sobre seus elementos. Cotta, então, se nos afigura como um personagem coerente com o seu tempo: ele pede, à filosofia, uma razão para a religião

³ Cícero, *N.D.* 1.61, 3.5-6.

⁴ É o caso de Scheid, 2007, p. 39-63.

porque isso o permite a sua prática religiosa, e a defende de modo intransigente porque essa abertura não significava uma inversão nos valores romanos. Trocando em miúdos, podia-se pensar sobre a prática sem submetê-la a um critério filosófico, e assim mantê-la como coisa que dá o que pensar.⁵ Esse princípio é, segundo o que pensamos, o que norteia os discursos de Cotta.

AGRADECIMENTOS:

Manifestamos nossa gratidão à Prof.^a Dr.^a Alice Bitencourt Haddad, pela orientação e pelos projetos de iniciação científica dos quais tivemos a felicidade de participar. Somos igualmente gratos ao Prof. Dr. Fábio Antonio da Costa, do Colégio Pedro II, pelas felizes instruções e informações que contribuíram para o amadurecimento de nossos estudos. Por fim, agradecemos à UFF e ao CNPq: àquela por nos acolher, a este por financiar nossas pesquisas.

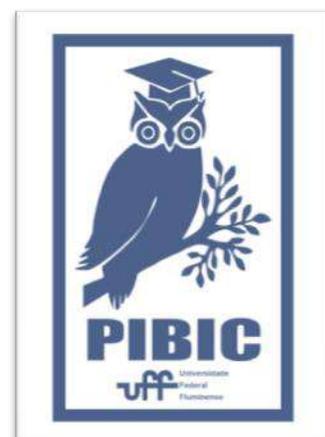
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CÍCERO. *Textos filosóficos III*. Trad. Segurado e Campos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2020.

RATZINGER, J. *Fe, verdedad y tolerancia*. Trad. Constantino Ruiz-Garrido. 4. ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2003.

SCHEID, J. et al. *Rites et croyances dans les religions du monde romain*. Genebra: Fondation Hardt, 2007.

⁵ Expressão a mim sugerida pelo Prof. Dr. Fábio Antonio da Costa, professor de filosofia do Colégio Pedro II.





Ciências Sociais e Aplicadas

OPERAÇÕES POLICIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.

Daniel Hirata, Cíntia Cassiano.

GSO/ ICHF/ GENI

INTRODUÇÃO:

Um cenário de incursões com aparatos de guerra como fuzis, carros e helicópteros blindados é comum nas favelas do Rio de Janeiro há pelo menos quatro décadas. Muitas vezes, essas operações resultam em intensos tiroteios e, lamentavelmente, em mortes. Escolas e postos de saúde são forçados a fechar, moradores de favelas não podem ir ao trabalho e famílias inteiras se refugiam em suas casas para se proteger dos tiros de fuzil que atravessam janelas e paredes. Desde janeiro de 2003, até a última atualização dos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), cerca de 19 mil pessoas foram mortas pela polícia no Estado. A brutalidade policial raramente resulta em responsabilização legal, uma vez que 99,2% dos inquéritos sobre homicídios decorrentes de suposta resistência à intervenção policial são arquivados a pedido do Ministério Público, sem uma apuração adequada das circunstâncias das mortes.

A falta de controle e responsabilização pelo uso da força por agentes do Estado historicamente contribuiu para a corrupção das forças policiais e o envolvimento de seus agentes com o crime organizado. O

uso abusivo da força, a permissão implícita para matar e a certeza da impunidade alimentam o desvio das funções das forças de segurança, criando um ciclo vicioso de violência policial e corrupção.

A pergunta fundamental é: em que situações os policiais recorrem à violência letal? Esta lacuna estatística impede o avanço na compreensão da violência de Estado. Se as incursões armadas em favelas são consideradas inevitáveis para as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, é crucial que essas operações sejam avaliadas detalhadamente, a falta de transparência e prestação de contas nas operações policiais torna difícil avaliar a eficácia dessas ações e entender completamente o impacto delas nas comunidades. É necessário compreender porque policiais matam e é seguindo nessa direção que iniciativas de ativismo de dados vêm buscando quantificar as ações policiais e seus impactos a partir da sociedade civil, por isso o Grupo de Estudo dos Novos Illegalismos (GENI/UFF), iniciou em 2018 um levantamento inédito sobre as operações policiais no Rio de Janeiro a fim de preencher a lacuna de informações e

fomentar o debate público acerca do uso da força por agentes estatais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa tem como objetivo mapear as ações policiais e avaliar sua eficácia no controle da violência urbana. Para alcançar esses resultados, foi desenvolvido um indicador de eficiência que leva em consideração diversos aspectos das operações policiais, incluindo data e local, órgãos envolvidos, motivações, e dados sobre mortos, feridos, prisões e apreensões. O indicador de eficiência é composto por três dimensões principais sendo estes impactos para os envolvidos (inclui o número de mortos, feridos e presos durante as operações), esses dados refletem diretamente o impacto das ações policiais sobre as pessoas que estão nas áreas afetadas. Motivações das operações (compreender as razões por trás das operações policiais é fundamental para avaliar sua eficácia), isso inclui investigar se as operações visam à prisão de suspeitos, a repressão ao tráfico de drogas e armas, o combate a disputas entre grupos criminais, a perseguição de criminosos em fuga, ou outras motivações. Apreensões (leva em consideração as apreensões realizadas durante as operações, como armas, drogas, cargas ilegais e veículos), isso pode indicar o sucesso em retirar armas e drogas das ruas e enfraquecer atividades criminosas. As operações podem ser classificadas como: desastrosas, ineficientes, pouco

eficientes, razoavelmente eficientes e eficientes. No período entre 2007-2020, quase 85% de todas as operações obtiveram resultados pouco eficientes, ineficientes ou desastrosas. Apenas 1,7% de todas as operações podem ser consideradas eficientes no período. Tal ausência de controle e fiscalização sobre o uso da força por parte de agentes do Estado colaborou historicamente para a corrupção das forças policiais e o envolvimento de seus agentes com o crime organizado, à medida que faculta a utilização do poder que lhes é delegado pelo Estado para a obtenção de vantagens privadas. Assim, o uso abusivo ou criminoso da força, a autorização tácita para matar e a certeza da impunidade alimentam o desvio de funções das forças de segurança, criando um círculo vicioso entre violência policial e corrupção.

CONCLUSÕES:

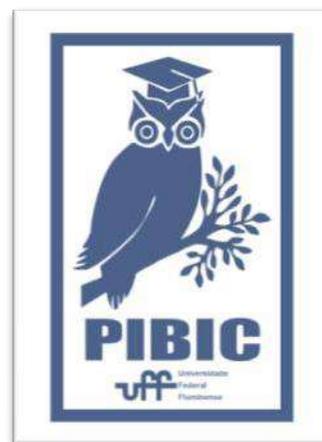
Organizações de direitos humanos e grupos da sociedade civil desempenham um papel fundamental no monitoramento das operações policiais e na defesa dos direitos das vítimas, eles podem ajudar a pressionar por transparência e justiça por isso fica evidente que o ativismo dos dados garante que esse tema possa ser discutido com seriedade e confiabilidade não somente no âmbito acadêmico, mas também em instituições brasileiras e sociedade civil como um todo.

A construção e qualificação da base de dados realizada pelo GENI/UFF corroborou para discussões da temática e para a realização de mapeamento das

operações verificando a eficácia das mesmas. Os números apontam que quantidade de mortes não é sinônimo de solução no que diz respeito aos problemas de segurança pública que assolam do estado do Rio de Janeiro, afirmando que operações sem parâmetro e consequentemente letais não possuem eficiência na resolução das problemáticas de violência urbana.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a todos os pesquisadores do Grupo de Estudos Novos Ilegalismos, mas principalmente pelos coordenadores Daniel Veloso Hirata e Carolina Cristoph Grillo por acompanharem minha trajetória como pesquisadora de iniciação científica e me auxiliarem em todos os momentos necessários.





Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS HUMANAS

Título do Projeto: Desdobramentos do processo terapêutico: Impacto do trauma emocional no tratamento do câncer de mama

Autores: Vitória Ramos Santana; Livian Oliveira Corrêa; Virginia Dresch

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Psicologia/ Instituto de Psicologia/ Laboratório de Avaliação Psicológica

INTRODUÇÃO:

Atualmente, o câncer é uma das principais causas de morte e um grande obstáculo para o aumento da expectativa de vida em todos os países do mundo (Sung et al., 2021). Tanto o desenvolvimento do câncer como a sua evolução (prognóstico bom ou reservado) tem etiologia multifatorial, que pode ter causas externas e internas interagindo entre si. A interação entre os fatores de risco e os fatores de proteção pode resultar no progresso ou na redução das chances de adoecimento. A vivência de eventos estressores pode alterar a homeostasia interna do organismo, podendo desencadear diversas respostas moleculares e imunológicas, afetando o sistema imunológico e tornando-o mais vulnerável ao surgimento de doenças, principalmente quando ocorre a não elaboração psíquica de sentimentos (Amorim & Siqueira, 2014).

Face ao exposto, o objetivo do presente estudo foi analisar o impacto do trauma emocional no surgimento e/ou piora do quadro clínico no tratamento de mulheres com câncer de mama na atenção terciária.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo do tipo temática, que visa identificar núcleos de sentido que compõem um conjunto de referências e valores presentes no discurso dos sujeitos (Minayo, 1994). Foram entrevistadas quatro pacientes do Serviço de Mastologia de um hospital do estado do Rio de Janeiro, com idade entre 33 e 47 anos, que relataram traumas emocionais associados ao diagnóstico e tratamento da doença no acolhimento psicológico realizado pós consulta médica na sessão clínica. Foi realizada entrevista não-estruturada, orientada por um roteiro invisível.

Após a transcrição das entrevistas, foram identificados denominadores comuns nas diferentes maneiras que mulheres com histórico de câncer de mama vivenciaram traumas emocionais, em diferentes fases da doença e em diversos momentos da vida. Três categorias de análise foram construídas: a) congelei meu coração; b) cuidado, logo não penso e c) está tudo bem.

A primeira categoria de análise “**congelei meu coração**” expressa a não elaboração de sentimentos de um trauma emocional. A segunda categoria de análise “**cuido, logo não penso**” expressa o estresse crônico proveniente do cuidado do outro para não pensar no próprio sofrimento. A terceira categoria de análise “**está tudo bem**” expressa o padrão de resposta usual que corresponde ao esforço de sustentar que está tudo bem, uma espécie de “fachada agradável”, apesar das dores e efeitos colaterais do tratamento e sofrimento em solitário.

CONCLUSÕES:

O presente trabalho teve como objetivo verificar a influência da vivência de traumas emocionais e fatores estressantes e o surgimento e desenvolvimento do câncer de mama. A partir dos resultados obtidos nas entrevistas, foi possível construir categorias de análise que se inter cruzam e estão interrelacionadas sob um denominador comum. As pacientes entrevistadas que vivenciaram traumas psicológicos em várias fases da vida adotam como mecanismo de defesa o tamponamento de emoções negativas provenientes dessas vivências, acarretando a não elaboração desses traumas, o que pode contribuir para o desenvolvimento ou piora de quadro clínico do câncer de mama.

Não se pode afirmar que o trauma emocional em si seja um fator desencadeante do câncer de mama, mas os resultados obtidos neste estudo concordam com a premissa de que a não expressividade de emoções negativas provenientes de uma situação traumática pode

impactar no surgimento e evolução do câncer de mama.

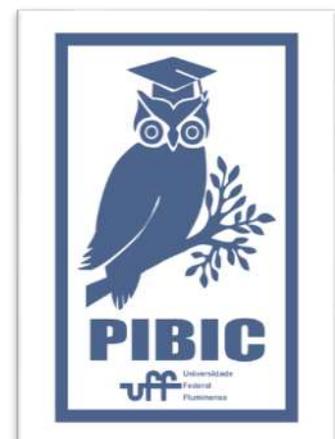
Este estudo não teve a pretensão de abranger todas as situações possíveis e tampouco esgotar a temática abordada. Futuros estudos poderiam ampliar o número de participantes e contrastar os resultados com marcadores biológicos de evolução desfavorável da doença (p. ex. níveis de cortisol, interleucinas e citocinas).

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS:

Amorim, M. A. P., & Siqueira, K. Z. (2014). Relação entre vivência de fatores estressantes e surgimento de câncer de mama. *Psicologia Argumento*, 32(79).

Minayo M.C.S. (1994). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec

Sung, H., Ferlay, J., Siegel, R. L., Laversanne, M., Soerjomataram, I., Jemal, A., & Bray, F. (2021). Global cancer statistics 2020: GLOBOCAN estimates of incidence and mortality worldwide for 36 cancers in 185 countries. *CA: a cancer journal for clinicians*, 71(3), 209-249.





História do Brasil Império

A CORRETA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO E DA JUSTIÇA: JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA E AURELIANO CÂNDIDO TAVARES BASTOS, LEITURAS DISTINTIAS DO CAMINHO PARA O PROGRESSO DO IMPÉRIO DO BRASIL (1855-1873)

**Aluno: Alice Natsumi Sakurai Chaves Arteiro/
Coordenadora: Gladys Sabina Ribeiro**

**Departamento de História (GHT) / Instituto de História (IHT)
- Universidade Federal Fluminense / CEO (Centro de
Estudo do Oitocentos) e NEMIC (Núcleo de Estudos de
Migrações, Identidades e Cidadania)**

INTRODUÇÃO:

Esse projeto de pesquisa que se estende desde 2019, sob a orientação da professora Gladys Sabina Ribeiro da Universidade Federal Fluminense, tem como proposta o estudo da produção jornalística dos últimos anos de vida do conservador Justiniano José da Rocha, período final da sua última atuação parlamentar, tendo como contraponto Aureliano Cândido Tavares Bastos, político que havia sido conservador e que na década de 1860 havia se tornado liberal. Este projeto, portanto, utiliza-se de periódicos da época como principais objetos de pesquisa. O objetivo desta apresentação, no entanto, é destacar a importância da vivência em arquivos e acervos públicos e a experiência adquirida por eles pelos futuros pesquisadores. Durante a graduação de licenciatura em história grande parte das disciplinas é voltada para a área do magistério, como estágios obrigatórios em escolas, disciplinas de educação e didática, entre outras. Muito se fala sobre o ofício do

professor, porém, acaba sendo deixado de lado a outra face do historiador, o do pesquisador. Certamente existem esforços dentro do corpo docente para que haja esse contato dos alunos com certos ambientes de pesquisa, porém, até o momento é algo optativo. Foi somente neste projeto de iniciação científica que tive a oportunidade de ter meu primeiro contato com manuscritos presentes em acervos públicos. Na fase final do projeto fui direcionada a visitar a Biblioteca Nacional em busca das cartas de Tavares Bastos presentes no acervo da mesma. Entrar em contato com manuscritos e livros raros era uma experiência completamente nova. Na Biblioteca Nacional os manuscritos de Tavares Bastos estão todos digitalizados, no entanto, era comum nos depararmos com cartas avariadas, manchadas e de difícil entendimento. Porém, acredito que o maior obstáculo para a transcrição deste material foi o próprio vocabulário e a escrita. Por se tratar de cartas escritas no século XIX, a gramática acaba sendo diferente da dos dias atuais, além disso,

como mencionado anteriormente, a própria escrita é difícil de ser entendida, é preciso ter contato com esse tipo de documento para que se acostume com ela. No início a transcrição de uma carta demora cerca de uma hora, pois até nos adaptarmos com a forma da escrita e com a letra da pessoa, temos muita dificuldade.

Já no presente momento, venho trabalhado com o acervo do Palácio do Itamaraty, mais especificamente manuscritos de vários brasileiros que tendo emigrado de Portugal, pedem ajuda a Legação nos anos de 1828 e 1829. Desta vez as cartas eram físicas, portanto, o cuidado ao manuseá-las era dobrado, por serem muito frágeis devido ao tempo. Em virtude da experiência na Biblioteca Nacional, a transcrição destas cartas tem sido bem mais fácil, entendendo melhor as abreviações, as diferentes gramáticas e a escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Através das visitas aos acervos da Biblioteca Nacional e do Palácio do Itamaraty, pude ter a experiência de pesquisar história. A visita aos arquivos foi extremamente enriquecedora na minha formação como historiadora, uma vez que, pude ter contato com documentos raros e manuscritos do século XIX.

As cartas de Tavares Bastos tratavam, em sua maioria, de política, que iam desde comentários sobre missões, a situação do ministério, assuntos sobre o Rio da Prata, ajudas de custo em viagens para o exterior, relações externas do Brasil com outros países e principalmente, comentários sobre as políticas da época. Vimos Tavares

Bastos como um político muito preocupado com as políticas que permeavam o Brasil do Oitocentos, engajado e questionador. Outra coisa interessante encontrada nas cartas foi a discussão da criação da Linha de navegação a vapor que ligaria os Estados Unidos e o Brasil, relações do Brasil com a Argentina e Uruguai (Montevideo) escrita justamente durante o período em que foi travada a Guerra do Paraguai, mostrando como era importante essas relações entre os países da Tríplice Aliança para o sucesso da Guerra.

Já as cartas dos brasileiros emigrantes foram todas escaneadas por mim e neste processo percebi a repetição de certos nomes. Optei, portanto, em começar a transcrição seguindo este padrão de remetentes, destacando-se nas cartas, percebi um nome recorrente, José Rodrigues Prêgo que escreveu diversas cartas ao Visconde de Itabaiana nos anos de 1828 e 1829, solicitando ajuda financeira para seu retorno a sua cidade natal devido a um problema de saúde. A partir destas cartas, pude perceber a importância do Visconde de Itabaiana, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, que nomeado por D. Pedro I, tratava dos assuntos brasileiros relacionados com a Inglaterra. Além disso, percebemos também a condição que esses emigrantes eram deixados, totalmente dependentes de respostas e ajudas, que as vezes nunca chegavam.

CONCLUSÕES:

Sendo assim, reforço a importância que a vivência em arquivos, no meu caso da Biblioteca Nacional e do Palácio do

Itamaraty, teve na minha formação como historiadora. Agora no meu último período da graduação, escrevendo a minha monografia percebo o quanto essa experiência me ajudou a desenvolver métodos de pesquisa mais eficazes, me ensinou a navegar por acervos virtuais, que estão disponíveis gratuitamente, e que possuem um material tão extenso, que com certeza me ajudarão nas minhas futuras pesquisas, além de ter me ensinado a manusear documentos, como cartas, livros raros, entre outros, que muitas das vezes não temos o contato direto durante as aulas da graduação.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço, inicialmente, ao CNPq e à Universidade Federal Fluminense, pelo financiamento e apoio fundamental para esta pesquisa.

Agradeço também à professora Gladys Sabina Ribeiro, pela oportunidade de participar deste projeto e por todos os ensinamentos passados no seu decorrer.

Por fim, agradeço à todos que participaram e apoiaram minha trajetória acadêmica.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título: Aborto: Dos permissivos legais aos impactos no acesso e na assistência prestada às mulheres brasileiras.

Autoras: Luiza Ortega Ciambarella (bolsista); Giovanna de Souza Queiroz Lima (colaboradora); Carolina Alves Novaes (colaboradora); Paula Land Curi (orientadora).

Departamento de Psicologia/ Instituto de Psicologia.

INTRODUÇÃO

O aborto no Brasil é crime, porém, existe três excludentes de ilicitude que configuram o chamado Aborto Legal: risco de vida da mulher; gravidez por estupro e, mais atualmente, gestações de fetos anencefálicos.

Para as mulheres, acessá-lo é uma tormenta, quer pelas barreiras de acesso a serem transpostas para se chegar a uma unidade de referências, quer patriarcal, moralista e familista que marca a assistência ofertada.

Tendo esse cenário como pano de fundo, e a certeza de que mulheres sempre fizeram e farão abortos, a despeito de qualquer lei que o proíba, a pesquisa proposta intentou: a) analisar as condições de possibilidade para a criação dos excludentes de ilicitude; e, b) analisar o acesso e a assistência ofertada àquelas que buscam o aborto legal.

A pesquisa foi realizada em partes. Analisamos artigos e documentos que permitiram avaliar as condições de possibilidade para que dois excludentes aparecessem no Código Penal Brasileiro de 1940 e, posteriormente, em 2012, que a eles fosse acrescido um terceiro, através da decisão do STF na ADPF n. 54.

Depois, pesquisamos em base de dados - SCIELO, BVS e PEPSIC - utilizando ABORTO LEGAL como descritor. Os artigos apresentados em cada uma das bases foram selecionados a partir dos seguintes critérios de inclusão: a) terem sido escritos em português; b) publicados entre 2015 e 2022; e, c) em seus resumos ficasse claro que eles tratariam da realidade brasileira e/ou da assistência brasileira.

Foram encontrados 104 artigos. Porém, após considerar os critérios estabelecidos, restaram 50 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre os permissivos legais, percebemos que não foram criados para as mulheres. A análise sócio-histórica do momento em que surgiram, evidenciam pouco apreço pela vida das mulheres.

Salvar a vida da mulher, sugere efetivamente o salvamento de um útero – órgão com o qual uma mulher é confundida.

Em relação à violência sexual, duas grandes linhas de hipóteses se destacaram: a) a defesa da honra masculina; e, b) o estupro como arma de guerra, durante as grandes guerras mundiais, para subjugar os inimigos.

Nenhuma delas se centra na integridade e dignidade sexual das mulheres.

A permissão em casos de anencefalia, foi pautada pela condição inquestionável da inviabilidade à vida extrauterina, comprovada por meio de um exame de imagem, desconsiderando o sofrimento psíquico de mulheres. Se há um rol de doenças que tornam os fetos inviáveis, por que não essas não foram contempladas? Se fosse pelas mulheres, para todas as inviabilidades, o direito ao aborto estaria previsto, e normas técnicas editadas pelo Ministério da Saúde.

Quanto ao trabalho de revisão sistemática, pudemos, a partir dos 50 artigos, criar 8 categorias de análise. A duas delas nomeamos de forma genérica, a. Ampliados: artigos que tratam o tema do aborto de forma mais abrangente; e, b. Dissonantes: artigos que apesar de contribuírem para a pesquisa, não trazem efetivamente a questão da assistência. As demais categorias foram criadas a partir da temática que sobressaltou: c. Objeção de consciência e violência institucional; d. Violência sexual; e. Registros e dados f. (Des)informação e percepções; g. Crianças e adolescentes; h. malformação fetal.

Cada categoria apresentou barreiras e desafios concernentes ao acesso e a assistência ofertada as mulheres em situação de abortamento legal.

Verificamos que, além do acesso de mulheres às unidades serem ínfimos, os números dos procedimentos realizados são ainda menores. E que a proposta brasileira de criar unidades hospitalares de referência ao aborto legal, não sendo esse critério indicado

pela OMS, é uma barreira imposta pelo próprio Estado.

A desinformação e a peregrinação de mulheres, aumentam a chance de recorrerem ao aborto clandestino, muitas vezes, inseguro. Não à toa o aborto é uma das causas evitáveis de morte materna.

As violências institucionais surgem como obstáculos. Julgamentos morais e alegações de objeção de consciência por parte da equipe, atravessam a assistência, em especial, quando a mulher foi estuprada. A revitimização de mulheres e a suspeição se fazem presentes, assim como práticas violentas.

Em caso de meninas, o cenário se modifica um pouco. Porém, a violência institucional se expressa quanto o estupro de vulnerável fica invisibilizado e uma menina é tornada mãe. Muitas vezes usa-se ferramentas (violentas) para dissuadi-las.

Verificamos que os profissionais de saúde agem de forma distinta em relação as mulheres e as meninas, assim como aos motivos que levaram as mulheres buscarem o aborto legal.

A violação ao direito ao aborto e a violência institucional referem-se também ao desconhecimento quanto à lei, às normas e às técnicas para o procedimento.

CONCLUSÃO:

A despeito da lei que autoriza o aborto legal, são inúmeras as barreiras de acesso encontradas para a sua realização, além de uma assistência ofertada de má qualidade. Barreiras de acesso e violências institucionais

são sempre utilizadas como justificativas para que às mulheres recorrem à clandestinidade.

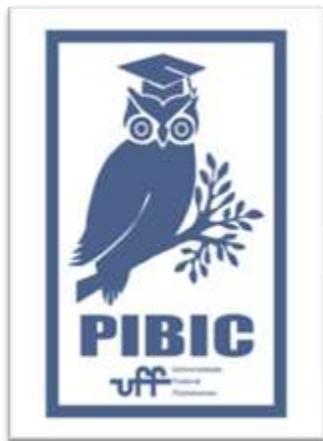
O número de procedimentos realizados no SUS é irrisório, tal como o número de unidades de referência.

Para que haja mudança neste cenário uma série de medidas são necessárias. Medidas que passam não só pelas unidades e profissionais de saúde, mas por toda a sociedade.

Enquanto a legalização não chega, precisamos lutar para que o direito ao aborto legal possa ser efetivado, através de linhas de cuidados que prezem pelas mulheres, pelo direito a vida digna, livre de violências e violações de seus direitos humanos, sexuais e reprodutivos.

AGRADECIMENTOS:

À UFF, ao CNPQ, as pós-graduandas do PPGP/UFF.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E A VIOLÊNCIA CRIMINAL EM CIDADES MÉDIAS: UM ESTUDO EM ANGRA DOS REIS/RJ

Autores: Lucas Ferreira Andrade; Eliane Melara (Orientadora)

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Geografia e Políticas Públicas /
Universidade Federal Fluminense / Curso de Geografia**

INTRODUÇÃO:

Para o presente estudo temos como recorte espacial e analítico o espaço urbano de Angra dos Reis, que, nos últimos 50 anos, tem apresentado um significativo crescimento demográfico em virtude das mudanças econômicas ocorridas na cidade, acompanhadas também por um processo crescente de segregação e fragmentação urbana e por uma recorrente sensação de insegurança causada pelo tráfico de drogas.

Em linhas gerais, buscamos compreender como se desenvolveu o espaço urbano de Angra dos Reis, buscando analisar e relacionar elementos de desigualdade urbana e de segregação socioespacial à produção da violência criminal.

Metodologicamente, recorreremos a leituras diversas, dados primários coletados através de entrevistas com diferentes atores sociais relevantes para a pesquisa e dados secundários, que tiveram como fontes principais o Instituto de Segurança Pública do Rio de

Janeiro (ISP-RJ) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Dos resultados obtidos pôde ser analisado que, a partir do primeiro quartel do século XX, Angra dos Reis passou a ser integrada aos circuitos econômicos nacionais através da construção de rodovias e de infraestrutura urbana proporcionada por investimentos estatais, sendo esse processo acompanhado pelo desenvolvimento de projetos voltados ao aproveitamento turístico da região. Como visto, essas mudanças vêm acarretando em diversos conflitos fundiários que envolvem territórios ocupados historicamente por comunidades tradicionais da região (como quilombolas, caiçaras e indígenas), ao passo que também vêm fomentando constantes fluxos de pessoas de todas as classes sociais para a cidade.

Nesse sentido, temos verificado que famílias tradicionais da elite regional e empresas

multinacionais vêm interferindo diretamente na dinâmica econômica e política do município, concretizando processos desiguais de produção do espaço urbano da cidade ao se aliarem as políticas de Estado, visando a reprodução de capital e delineando como e quais grupos vão ocupar determinados espaços. Ademais, nota-se que políticos locais vêm interferindo no papel que, *a priori*, deveria ser exercido por movimentos populares, acarretando na desarticulação desses grupos na busca por melhorias para todo o conjunto da cidade.

Por se tratar de um importante destino turístico nacional, nota-se que Angra dos Reis apresenta um delineamento urbano fortemente marcado pelo aproveitamento turístico-imobiliário, com destaque para a grande extensão territorial ocupada por loteamentos fechados de alto padrão destinados às classes mais abastadas. Diferentemente da maioria das cidades brasileiras, a população de renda média na cidade se apresenta em um número bastante reduzido, já que a maior parte da população apresenta baixos salários e vivem “exprimidas” em áreas com deficitárias condições socioeconômicas e de infraestrutura urbana, majoritariamente alocadas em morros e encostas de todo o espaço urbano da cidade.

Em vista da dinâmica de desenvolvimento apresentada, temos verificado um peculiar desdobramento de desigualdades urbanas que não se aprofundam apenas no âmbito residencial, mas incluem, progressivamente, todas as esferas da vida urbana; pois apesar de Angra dos Reis ser conhecida por sua exuberante beleza natural, o que se evidencia é que a maior parte da população da cidade

pouco acessa a maioria dos espaços destinados ao consumo e lazer, vivendo em condições precárias de habitação que podem favorecer o desenvolvimento de crimes violentos.

Tomando cuidado para não associarmos criminalidade à pobreza, é justamente nesse conjunto de violências propiciado pela aliança formada entre o capital e o Estado que os grupos de indivíduos socialmente mais frágeis ficam expostos ao caos urbano e se tornam mais suscetíveis ao aliciamento de práticas criminosas, especialmente quando falamos de crimes relacionados ao tráfico de drogas, que tem se apresentado como o principal vetor da violência geral na cidade. Desse modo, é preciso acrescentar que os impactos sociais e espaciais promovidos pela expansão de redes do tráfico de drogas na cidade vêm contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de um processo de fragmentação urbana que não atinge somente as estruturas de distribuição das atividades econômicas e das funções sociais da cidade, mas também interfere no modo de organização político das relações sociais.

Partindo desse contexto, temos verificado que na medida em que ocorrências criminais amplamente associadas à atuação de facções do tráfico de drogas em Angra dos Reis apresentaram aumento em seus registros, delitos pouco associados ao tráfico passaram a apresentar redução – quadro este que se inverte na medida em que o controle territorial dessas redes passou a diminuir na cidade, sobretudo em razão das articulações realizadas entre as forças de segurança pública.

Ao analisarmos a soma dessas ocorrências por bairro em 2021, verificamos que onde se teve

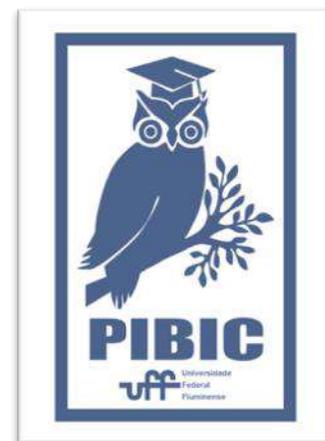
mais incidências de violência criminal na cidade foram bairros em que há uma maior circulação de bens e pessoas, além daqueles com maior quantitativo populacional segundo o Censo do IBGE (2010), com destaque para o Centro, Japuíba, Frade, Parque Mambucaba e Bracuí.

CONCLUSÕES:

Considerando que nossos estudos ainda carecem de maiores investigações, podemos dizer que para propor um planejamento urbano que mescle crescimento econômico com equidade social, é preciso que o entendimento sobre o contexto analisado seja difundido para grande parte da população da cidade estudada, especialmente para indivíduos excluídos socialmente e economicamente. Assim, faz-se necessário ocorrer uma valorização de movimentos sociais que agreguem a população e os direcionem para uma posição diante das decisões tomadas por atores sociais internos e externos à cidade, buscando por melhorias que realmente possibilitem o direito à cidade para todas as classes sociais.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à minha orientadora, ao CNPq e à Coordenação de Pesquisa da Universidade Federal Fluminense por todo apoio prestado.





Área do conhecimento: Ciências Humanas/ Psicologia/Tratamento e Prevenção.

Título do Projeto: Emergência Sanitária de COVID-19 e Conjuntura de Desencadeamento da Psicose.

Autor: Rebecca Scardelato Dallamarta (Departamento de Psicologia/UFF - Volta Redonda).

Orientadora: Claudia Henschel de Lima (Professora Associada II. Departamento de Psicologia. UFF - Volta Redonda).

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta os resultados da pesquisa sobre os impactos da COVID-19 no desencadeamento da psicose em pacientes diagnosticados com o transtorno, anteriormente a pandemia. Foram realizados dois levantamentos: 1. Do conhecimento sobre o impacto da COVID-19 na fragilização subjetiva dos sujeitos, nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Pubmed, Scopus e Science Direct; 2. Da literatura psicopatológica, sobre o conceito de desencadeamento.

A análise dos resultados foi realizada através da técnica interpretativa de análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conjunto de dados sobre a COVID-19, acumulados desde sua irrupção (2020), nos mostra como a pandemia é uma emergência sanitária de proporções severas com impactos econômicos, políticos, sociais e subjetivos ainda desconhecidos – especialmente no que se refere às formas de sofrimento psíquico preexistentes à pandemia.

O impacto da COVID-19 em sujeitos com quadros psicóticos foi registrado nos trabalhos de Fischer et al (2020), Huarcaya-Victoria et al (2020), Valdes-Florido et al (2020), Doufik et al (2021) e Moccia et al (2023), que relataram 11

estudos de caso sobre manifestações clínicas da psicose no contexto da COVID-19. O estudo de Valdés-Florido et al. (2020) indica a correlação entre a pandemia de COVID-19 e a psicose reativa, afecção presente na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) como um especificador dentro da categoria Transtorno psicótico agudo e transitório não especificado. Ele é definido pela presença de um ou mais dos seguintes sintomas: delírios, alucinações, discurso desorganizado e comportamento amplamente desorganizado ou catatônico. A psicose reativa pode ser útil na investigação do cenário da COVID-19, no que se refere a subcategoria de especificador de estressor acentuado denominado de psicose reativa breve, isto é, quando ocorrem mudanças ou eventos que se traduzem como estressores para os sujeitos.

Sem pretender invalidar os estudos etiológicos em torno do impacto biológico e danos cerebrais decorrentes da infecção viral, resgatamos o fator de estrutura na base da constituição da psicose, pois elucida a razão pela qual uma emergência humanitária é uma conjuntura de desencadeamento da psicose. Retomando a analogia entre a psicose e o cristal trincado (Freud, 2010), ela ganha o estatuto intrusivo do significativo *Um-Pai* (Lacan, 1998), impulsionando a estrutura psíquica a romper

nas linhas de clivagem definidas pelo processo de *Verwerfung*.

CONCLUSÕES

A leitura dos achados clínicos evidencia o que já era indicado na literatura. Em todos os achados, encontramos a presença:

1. De uma conjuntura que ameaça a estabilidade da estrutura da psicose: a COVID-19, e as medidas governamentais de isolamento social e o ambiente de incerteza quanto ao futuro, têm valor de conjuntura ameaçadora.

2. Da intrusão do significante *Um-Pai*: a COVID-19 e as medidas governamentais de isolamento social compõem uma experiência apocalíptica de encontro com *Um-Pai* na psicose. Dessa forma, as variáveis relativas à pandemia agem sobre o sujeito de forma solta, isolada, da cadeia significante; sendo vivido, por ele, como uma experiência esvaziada de significação, em opacidade enigmática, com efeitos alucinatórios e de interpretação delirante.

3. De pensamentos impostos com aparência de pensamentos compulsivos e hegemonia de fenômenos de corpo, caracterizados pela: vivência de abandono do corpo (sentir-se podre por dentro), mimetismos com sintomas de outras doenças (sintomas similares à COVID-19).

4. Da externalidade subjetiva, evidenciando uma relação entre sujeito e pandemia, onde o significante vigora como intrusivo, enigmático e desprovido de significação.

REFERÊNCIAS

Doufik, J. et al (2022). Les accès psychotiques aigus liés à la pandémie COVID-19 [Acute psychotic episodes related to the COVID-19 pandemic]. *Annales*

medico-psychologiques, 180(5),410–411.

<https://doi.org/10.1016/j.amp.2021.03.008>.

Fischer, M. et al (2020). COVID-19 paranoia in a patient suffering from schizophrenic psychosis - a case report. *Psychiatry research*, 288, 113001. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113001>.

Freud, S. (2010). A Dissecção da Personalidade Psíquica. In S. Freud, *O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias e Outros Textos (1930-1936)*. (Vol. 18, p. 139-160). São Paulo: Companhia das Letras.

Huarcaya-Victoria, J. et al. (2020). Psychosis in a patient with anxiety related to COVID-19: A case report. *Psychiatry research*, 289, 113052. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113052>

Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In J. Lacan, *Escritos* (p. 537-590). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Moccia, L. et al. (2023). COVID-19 and New-Onset Psychosis: A Comprehensive Review. *Journal OF Personalized Medicine*, 13(1), 104. <http://dx.doi.org/10.3390/jpm13010104>.

Valdés-Flrido, M. J. et al (2020). Reactive psychoses in the context of the COVID-19 pandemic: Clinical perspectives from a case series. *Revista de psiquiatria y salud mental*, 13(2), 90–94. [http://dx.doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30090-0](http://dx.doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30090-0).



Ciências Humanas

Etnoatlas das Comunidades Quilombolas da Baía da Ilha Grande

Thaina Moreira (bolsista PIBIC) Gabriela Goldschmidt (bolsista PIBIC), Marcos Vinicius Leu; e Lucas Celestrini

Monika Richter (orientadora)

Departamento de Geografia e Políticas Públicas/IEAR

INTRODUÇÃO:

Os debates sobre sustentabilidade, tão atuais, trazem consigo a necessidade da aplicação de metodologias participativas e inclusivas e discussões frequentes sobre sua eficácia. A situação a ser apresentada neste projeto se insere no contexto de resistência de comunidades tradicionais pela defesa de seu modo de vida e sua ligação com a terra, onde a categoria e o “drama social” podem ser percebidos na linha histórica em que se conta a permanência de um grupo num determinado local. Essa relação estabelecida pelas comunidades com seu meio, guarda relações complexas de visão de mundo e produção de conhecimento que refletem nas suas práticas cotidianas.

A pesquisa se desenvolve em tres Quilombos da região da Baía da Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro: Santa Rita do Bracui (Angra dos Reis), Cabral e Campinho da Independência (em Paraty). Esta região experimentou de maneira semelhante em seu território o boom da atividade turística na década de 1970/80 com a abertura da Rodovia

Rio Santos e a intensificação das ações do capital imobiliário (RODRIGUES, 2006).

Apesar do contexto regional comum, as tres comunidades desenvolveram sua história de ocupação e resistência de formas diferentes e nesse ponto é importante buscar entender quais as implicações nas suas características espaço-territoriais.

A análise pretendida encaminha-se em pelo menos duas direções. Uma da ordem da valorização dos conhecimentos tradicionais – Etnoconhecimento espacial dos moradores mesclados ao uso da terra e sua percepção do meio – e outra que é a das problemáticas ambientais que se traduzem em demandas sociais do presente.

Para tanto propõe-se a elaboração de um etnoatlas geográfico participativo por meio do uso de metodologias para apreensão e registro das práticas espaciais e conhecimentos das comunidades a fim de estabelecer bases para o levantamento de dados e análises a partir das comunidades alvo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa se encontra em estágio avançado com uma boa base de dados geoespacial das três comunidades, assim como a realização de oficinas de mapeamento participativas junto ao quilombo Santa Rita do Bracui. Nesta comunidade, já se obteve levantamentos secundários e de campo para a finalização do etnoatlas, agora em fase de montagem do layout final. De todo modo, o processo de pesquisa ação participante, abriu espaço para novas demandas, dentre elas o Censo Quilombola da comunidade, cujo roteiro de perguntas foi todo elaborado, debatido e validado pela Associação local (Arquisabra) em reuniões para a definição dos aspectos que entendem ser fundamentais para a sua governança, tais como se possuem Cadastro Único do governo federal para programas sociais, questões referentes ao uso da terra, a infraestrutura necessária, aos serviços públicos prestados, e a identidade quilombola. No total são 26 questões pensadas e formuladas por eles. O recurso geotecnológico utilizado está sendo o programa Vicon SAGA, gratuito e com aplicativo para *smartphone*, podendo funcionar offline, visto não haver cobertura integral de internet, na área de estudo. A coleta em campo está sendo realizada por membros da comunidade. Este sistema é livre e permite elaborar formulários, gerar gráficos com os resultados obtidos, importar e exportar dados, e a marcação dos pontos é georreferenciada a partir do sistema GNSS dos aparelhos.

Até o momento foram cadastradas /recenseadas 142 casas quilombolas e mais de 400 pessoas,

superando os levantamentos realizados pelo censo do IBGE.

Além do Censo e da elaboração dos mapas que compõem o etnoatlas, foram construídas linhas do tempo das três comunidades alvo, resgatando a história de cada uma.

CONCLUSÕES:

Com base nos resultados expostos no presente estudo de caso, fica claro como a sociedade pode se beneficiar de práticas de mapeamentos participativos e colaborativos, não só por permitir a expansão dos pontos de vista acerca de determinado tema, mas também por permitir que a elaboração de políticas e ações governamentais sejam guiadas pela visão dos indivíduos que serão afetados ou que podem trazer contribuições para o debate.

Com base nos resultados expostos no presente estudo de caso, fica claro como a sociedade pode se beneficiar de práticas de mapeamentos participativos e colaborativos, não só por permitir a expansão dos pontos de vista acerca de determinado tema, mas também por permitir que a elaboração de políticas e ações governamentais sejam guiadas pela visão dos indivíduos que serão afetados ou que podem trazer contribuições para o debate

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq pela bolsa de Iniciação científica concedida e em especial à comunidade Quilombola Santa Rita do Bracui



Grande área do conhecimento: Sociologia Econômica

Título do Projeto: Cadeias Globais de Valor e Desenvolvimento: a Nissan no Sul Fluminense

Autora: Nadia de Mello Mendonça Ferrell

Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ICHS) / Grupo de Estudos em Desenvolvimento do Sul Fluminense (GEDEF).

INTRODUÇÃO:

O objetivo do projeto é dar continuidade ao estudo das cadeias globais de valor das montadoras instaladas no Sul Fluminense, considerando que as CGVs são caracterizadas por estruturas de governança múltiplas e interativas. Para tanto, será realizada uma análise qualitativa da cadeia de valor global da Nissan para avaliar seu impacto na região Sul Fluminense, a fim de dar continuidade às discussões sobre a estratégia do chamado grupo automotivo que atua no estado do Rio de Janeiro. O objeto de análise neste projeto é a Nissan Motor Company. Com mais de 248.000 funcionários em todo o mundo, a Nissan mantém uma aliança estratégica com a empresa francesa Renault desde a década de 1990. A fábrica de Resende, inaugurada em 2014, é a segunda da aliança, sendo a primeira a fábrica de São José.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa se concentrou em analisar a cadeia global de valor (CGV) para entender como a Nissan no Brasil, se encaixa na estratégia econômica e social global da empresa. As CGVs incluem todo percurso de produção, desde a matéria-prima até o produto final, e abrange perspectivas tanto "top-down", focando nas empresas líderes e

em sua governança, quanto "bottom-up", focando nas adaptações locais e impactos nos stakeholders.

As redes de produção são profundamente influenciadas pelos contextos sociopolíticos dos países, considerando aspectos políticos, econômicos, culturais e as relações entre diferentes atores locais. Foi crucial perceber a dialética das relações global-local, que envolve a interação entre forças internacionais e condições locais específicas.

Para compreender o posicionamento do Brasil nas estratégias da Nissan, analisei os relatórios anuais da empresa de 1999 a 2019. Essa análise culminou em uma tabela destacando as principais abordagens da Nissan nesse intervalo de tempo. Ficou evidente que políticas governamentais, como o Inovar-Auto, têm potencial para moldar decisões corporativas à luz de realidades locais em uma perspectiva global.

CONCLUSÕES:

Com a globalização da produção, a análise das Cadeias Globais de Valor (CGVs) no ambiente de produção mundial, é uma importante ferramenta para compreender de que forma as empresas multinacionais buscam otimizar os processos, reduzir custos e acessar novos mercados.

A Nissan estrategicamente vem se adaptando a essa realidade desde os anos 90, descentralizando sua produção e adaptando-se às particularidades de cada região. No Brasil, a montadora japonesa não só estabeleceu sua produção, mas também formou parcerias com instituições locais, alinhou-se a políticas governamentais e se beneficiou de incentivos fiscais.

A aliança entre a Nissan e a Renault, foi fundamental para a vinda da Nissan para o Brasil, através do compartilhamento de tecnologias e acesso a novos mercados. O conceito de Rede Global de Produção (RGP), foi importante para compreender a Nissan no Brasil, especialmente sua relação com o programa Inovar-Auto.

A análise dos relatórios trouxe uma visão abrangente sobre a adaptabilidade e estratégia da Nissan em um mercado globalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HENDERSON, J.; DICKEN, P.; COE, N.; HESS, M.; YEUNG, H. W. C. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. 2011.

GEREFFI, G. Global Value Chain and Development: Redefining the contours of 21st century capitalism. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

GEREFFI, G.; FERNANDEZ-STARK, K. Global Value Chain Analysis: A Primer. In: Handbook on global value chains. Edward Elgar Publishing, 2019. cap. 2.



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: A República e os monarquistas: sociedade e política na Argentina nos ofícios de diplomatas brasileiros (1870-1881)

Autores: Prof. Dr. Gabriel Passetti e Victor Tavares Ornellas

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais/INEST/LAHPIS

INTRODUÇÃO:

O projeto buscou analisar o modo como os diplomatas do Império na Legação em Buenos Aires observaram a política doméstica argentina e a política internacional do Cone Sul entre os anos de 1870-1881. Procuramos entender o olhar direcionado aos vizinhos sul-americanos, a partir de uma fonte primária tradicional da história diplomática e da política externa.

A pesquisa foi desenvolvida em etapas: primeiro, foi primordial digitalizar e catalogar a documentação, que se encontra no Acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty (RJ). Os ofícios¹ eram documentos de comunicação interna e seu conteúdo, limitado à alta cúpula do órgão diplomático.

A construção de uma base de dados constituiu passo importante para analisar essa documentação à luz da metodologia da análise de cartas e dos relatos de viagens. Nesta perspectiva, os diplomatas são compreendidos nas categorias de viajantes e estrangeiros, representantes da monarquia em uma república

sul-americana. Através da escrita do ofício, questiona-se se eles foram marcados por um “olhar imperial”², em vista do contexto histórico-cultural em que foram produzidos, e o pensamento político daqueles que os elaboraram.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O recorte temporal da pesquisa corresponde ao período entre o final da Guerra da Tríplice Aliança (1870) e a conclusão dos tratados fronteiriços entre a Argentina e o Chile (1881). Durante esses anos, ocorreram inúmeros atritos na relação entre os países da região, proporcionados pelas discussões acerca dos temas de paz e limites entre a Argentina e o Paraguai, principalmente, e entre a Argentina e o Chile.

Para analisar esse cenário complexo, foi preciso entender o processo de consolidação do Estado Imperial e de institucionalização do serviço diplomático brasileiro no século XIX. Assim como se aproximou de uma literatura mais geral dos estudos da diplomacia, compreendendo-os

¹ Comunicações expedidas das legações no exterior com destino à Secretaria dos Negócios Estrangeiros na Corte.

² PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação. Edusc, 1999.

como a estrutura onde estes agentes estavam inseridos e as bases nas quais edificaram o pensamento político característico do período.

Valemo-nos de uma bibliografia acerca da história intelectual e cultural das relações internacionais, e das biografias existentes. Foi possível também trabalhar a relação entre os ofícios e a imprensa argentina, entendendo os usos políticos que foram feitos desses meios e a sua influência no trabalho da legação.

CONCLUSÕES:

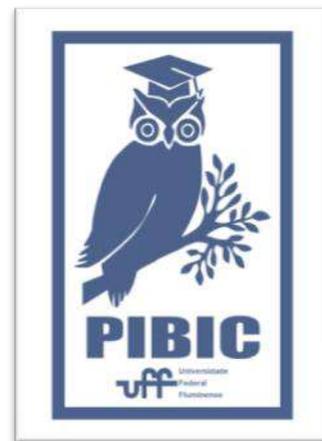
Ao fazer um balanço dos resultados, levando em conta não apenas a fonte primária, mas também uma robusta bibliografia dos temas do período, podemos concluir que os principais acontecimentos, tanto da política doméstica argentina, como internacional do Cone Sul, foram observados atentamente pelos diplomatas brasileiros. Através de seus escritos, construíram uma imagem da República Argentina.

Em diversos trechos da documentação foi possível identificar tom crítico em relação aos “distúrbios da ordem” na Argentina, sejam as revoluções provinciais de líderes caudilhos, como Lopez Jordan em Entre Rios; as “invasões” indígenas nos territórios ao sul do país; a violência cotidiana da capital e a sua “hostilidade” perante os brasileiros; ou então as eleições presidenciais e a Revolução Mitrista, em decorrência das disputas partidárias.

Muitas vezes, ao sistema republicano de governo era atribuído um caráter de instabilidade sistêmica e má gestão pública, enquanto ao modelo monárquico estavam

associadas características que garantiam a ordem e o progresso do qual o Brasil tanto usufruía.

Tendo em vista o marco teórico da historiadora Maria Lígia Coelho Prado (2001)³ sobre o padrão de distanciamento e antagonismo entre o Brasil e a América do Sul, construído ao longo do século XIX, percebemos que esses diplomatas reproduziram e contribuíram para consolidar certa maneira de pensar os países da região. Questiona-se, então, se esse padrão sofreu alterações ao longo das últimas décadas do século, levando em consideração a adoção do governo republicano no Brasil em 1889.



³ PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a Distante América do Sul. Revista de História, São Paulo, n. 145, p. 127-149, 2001.



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Punir a quem?: Atores e interesses na formulação da Lei Antidrogas no Brasil.

Autores: Lucas Paiva; Mariele Troiano

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciências Sociais/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

INTRODUÇÃO:

A Lei 11.343 de 2006, conhecida como Lei Antidrogas, é um marco institucional brasileiro, afinal, não tínhamos uma lei antidrogas desde 1976. O fomento jurídico advindo de um contexto internacional de redução de danos e racionalidade do uso somado às demandas sociais incitadas com o processo de redemocratização apontaram a urgência de uma readequação na interpretação legal entre usuários e traficantes. Entretanto, com uma análise mais apurada do processo de formulação da política pública é possível concluir que a realidade ficou distante da expectativa.

O objetivo geral deste projeto de iniciação científica é mobilizar a literatura que trata da formulação da política antidrogas no

Brasil com enfoque específico em ressaltar os atores e os interesses públicos e privados que fortaleceram ainda mais o paradigma proibicionista em nosso país. O objetivo específico visa destacar principais atores, instituições, movimentos e representantes da sociedade e definir seus posicionamentos no debate a fim de avançar a discussão de que, embora a Lei Antidrogas seja recente, ela reflete desde sua origem inconsistências à sociedade brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Existe uma suposição preliminar de que o debate sobre a confecção dessa lei ficou aquém do esperado. Para este relatório parcial, referente aos primeiros meses de

financiamento, a pesquisa se debruçou em uma análise bibliográfica em três repositórios. São eles: o catálogo e o repositório da biblioteca da Universidade Federal Fluminense e o Portal de Periódicos Eletrônicos Scielo. A partir da palavra-chave “maconha”, o filtro de pesquisa foi acionado para encontrar apenas obras em português. A proposta de um mapeamento da ampla literatura que tem trabalhado o assunto objetiva não só conhecer as áreas de conhecimento e teorias que se debruçam na temática, mas como também fomentar a importância de interpretar o tema sob a ótica da Ciência Política.

A fim de organizar todo o resultado desse levantamento, propus formular tabelas para facilitar o acesso a essas obras de acordo com a necessidade da utilização ao longo do percurso deste projeto. Separei em três tabelas, sendo elas: Catálogo da UFF, Repositório da UFF, SCIELO respectivamente. Os resultados da pesquisa bibliográfica foram organizados a partir do título e os nomes dos autores, sinalizando assim o objetivo das próximas fases da pesquisa de análise de conteúdo.

Em todas as plataformas eu utilizei o mesmo método de procura, pesquisando com a palavra-chave “maconha” junto com o filtro de pesquisa para encontrar apenas obras em português, já que objetivo era justamente encontrar literaturas desta temática que poderiam ou não serem utilizadas ao longo do projeto, para que assim este projeto possa servir de contribuição para esse debate dentro e fora das universidades do Brasil. Não tive uma ordem determinada de quais plataformas eu dei preferência para esta busca, porém a minha

escolha de procurar tanto no catálogo como no repositório da UFF, se deu pela quantidade de *campi* que a UFF possui pelo estado do Rio de Janeiro com intuito de contribuição regional.

Em maior quantidade, foram encontradas obras que se desenvolveram sob um olhar no âmbito medicinal do entorpecente. Foram encontrados discussões e levantamentos com intuito de evidenciar a importância dessa temática, sendo a favor da sua legalização, seja ela para uso medicinal ou em alguns casos para o uso adulto, mesmo que ressaltando a importância do entorpecente como substância benéfica para saúde, por exemplo, os efeitos positivos para a saúde são obtidos mesmo para quem não possui essa intenção.

Durante o levantamento bibliográfico, consegui perceber o quanto a centralidade do tema deste projeto proposto, carrega um peso de ser inovador podendo ser uma bibliografia de referência para eventuais obras. De certa forma são encontradas algumas literaturas que tratam sobre a Lei Antidrogas, analisando em sua maioria sobre a guerra às drogas que se dá por conta da atual legislação. Já o projeto, analisa a sua formulação desde o Projeto de lei, até se tornar a Lei 11.342 de 2006. Com isso, se tem uma construção teórica pré-guerra às drogas sendo fundamental para entender de acordo com a ordem cronológica a resolução dos fatores que englobam esse tema.

CONCLUSÕES:

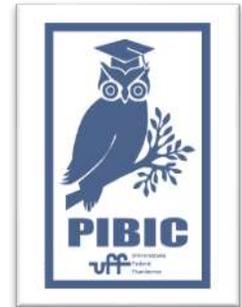
Através dessa análise 13 de 25 bibliografias foram selecionadas como

potencialmente importantes, sabendo que mesmo selecionadas podem não ser utilizadas. Tive como objetivo ainda sim notificar quais não teriam muita importância de acordo com o projeto, pois mesmo assim enxergo esse dado como algo interessante tendo em vista que a cada vez que é feito uma análise desse material, mas notamos que há ainda uma vasta agenda de pesquisa a ser explorada sobre a temática no campo das Ciências Sociais. A área escolhida para o projeto mostra intensamente a escassez, talvez pela dificuldade de ter esse diálogo ainda nos dias de hoje. Apesar de diversos pontos negativos, consegui encontrar um trabalho de conclusão de curso que se tratava justamente da inconstitucionalidade do art. 28 da Lei 11.343/06. Esse tema ganhou um certo espaço atualmente após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter retomado o julgamento que já contava com três votos a favor da descriminalização do porte de drogas para consumo próprio (votos dos ministros: Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin).

Ao fim desse levantamento bibliográfico, pude concluir que este projeto carrega consigo uma grande importância por ser inovador. Ao realizar essa pesquisa de literaturas nessa temática consegue-se perceber a tamanha escassez de produções científicas pensando essa questão voltada para o âmbito político, onde em grande maioria é um debate levado para o âmbito medicinal do uso da maconha a fim de ter produções que defendam sua legalização mesmo que com base apenas para sustentar seu uso medicinal.

AGRADECIMENTOS:

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica





Ciências Humanas/ História/ História Medieval

As artes da cura: a doença e os agentes da cura na Gália Merovíngia

Edmar Checon de Freitas (orientador); Beatriz Messias Carvalho (bolsista)

Instituto de História/ Departamento de História/ Scriptorium –

Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos

INTRODUÇÃO:

O presente estudo tem por objetivo compreender as relações entre figuras reconhecidas como “agentes da cura” na Gália merovíngia entre os séculos VI e VII. Esse grupo seria formado por pessoas de diferentes lugares sociais, médicos especialistas, curandeiros populares, de tradição camponesa, e os santos e suas relíquias. Dentre essas diferentes abordagens da cura, nosso projeto se debruça sobre a atuação dos últimos citados: os santos e suas relíquias.

Aqui estará presente a pesquisa que tem como fonte um conjunto de obras hagiográficas, que constituem o livro *Sainted Women of the Dark Ages*. As hagiografias foram traduzidas e editadas por Ann McNamara, John E. Halborg e Gordon Whatley, e publicadas sob formato de livro em 1992. A obra conta com dezoito hagiografias femininas, dentre as quais pode-se observar a existência de procedimentos de cura em treze delas. A partir do estudo das vidas foi possível organizar padrões quanto aos

tratamentos e recorrência de doenças no recorte temporal indicado.

Após isso, com auxílio de bibliografias secundárias e vidas observadas ao longo do texto, foram observados pontos pertinentes a pesquisa, aos que se referem a pesquisa principal dos santos e suas curas, e aos relacionados ao subprojeto de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Através da leitura das fontes, inicialmente dos dezoito capítulos do livro *Sainted Women of the Dark Ages*, pretendeu-se verificar a existência ou não de procedimentos de cura em cada capítulo. A partir disso, foi analisada a recorrência de enfermidades e quem seriam os alvos da cura, classificando-os a partir de alguns aspectos. Apesar de não conter na tabela a categoria “gênero”, a (i) descrição do receptor a sinaliza, para que logo em seguida seja identificado; o (ii) tipo de enfermidade; a (iii) forma como ela foi contraída; o (iv) tempo em que se esteve doente ou aguardando a cura; (v) o procedimento de cura empregado; e (vi) o

local em que ela foi realizada. Esses elementos foram pontuados na tabela confeccionada, e a partir dela foi possível realizar a confecção de gráficos, para que por meio deles fosse estabelecido um panorama geral sobre quem seriam os doentes e as doenças que chegavam até as santas, assim como os procedimentos a que elas tinham conhecimento, para assim investigar possíveis marcas de gênero nas doenças e tratamentos empregados.

Quanto às considerações, foram divididas em duas pequenas seções, sobre o caso de cancer encontrado na *vita* Austreberta, e que por conseguinte emprega outro caso referente a *vita* Monegunda, uma mulher com tumor; e sobre hidropisia, caso encontrado na *vita* Radegunda, e que também conta com outro caso de edema, presente na mesma *vita*, para fins argumentativos.

CONCLUSÕES:

Foram confeccionadas tabelas em ambas as pesquisas, correlacionando os processos de cura (de cada agente, individualmente), e chamando atenção para questões como, as doenças encontradas, tempo de enfermidade, procedimentos empregados, entre outros. Como resultado, sobre o conjunto de traduções hagiográficas femininas, o livro *Sainted Women of the Dark Ages* pode-se observar (i) a preponderância de milagres realizados em mulheres, (ii) que dentre os casos, a enfermidade que mais se repete é a cegueira; (iii) posteriormente também é possível observar que a santa que mais realiza curas é Glodesind, a abadessa de Metz, e em sua imensa maioria,

em mulheres; (iv); além disso foi possível perceber a recorrência de doenças “modernas”, como cancer e “doença das pedras”.

Nas considerações configurou-se a hipótese de que o caso de câncer presente na *vita* Austreberta tenha marca de gênero, por ter sua localidade indicada no peito da enferma. Para além disso, as noções acerca dos edemas e retenções de matérias foram abordadas, considerando um possível conhecimento prévio sobre o corpo e as doenças, seja das santas que realizam a cura, ou daqueles que hagiografaram-as.

AGRADECIMENTOS:

Ao CNPq e ao PROPP/UFF.



Ciências Humanas



Entre as leis, as práticas e as moralidades: abordagens etnográficas sobre as formas de administração institucional de conflitos no Estado do Rio de Janeiro

Lucía Eilbaum (orientadora) e Júlia Viana Palucci (bolsista)
Departamento de Antropologia/Unidade: ICHF/ Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT

– InEAC)

INTRODUÇÃO:

Este projeto se insere em um conjunto de pesquisas na área de Antropologia do Direito no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia do Direito e das Moralidades (GEPADIM), que tem como objetivo a produção de conhecimento a respeito da relação entre as formas de administração institucional de conflitos, as demandas por direitos e as moralidades constituintes dessas atividades. A pesquisa foi desenvolvida no Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher e da Vítima de Violência de Gênero (NUDEM) da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro (DPERJ) a partir de uma abordagem etnográfica.

O NUDEM é responsável por realizar um *primeiro atendimento*¹ às mulheres vítimas de *violência de gênero atual/recente*. A ideia de *primeiro atendimento* se dá porque uma vez que o NUDEM peticiona e distribui uma ação para o Tribunal de Justiça, ele não representa as mulheres judicialmente e deixa de ter competência nos casos.

¹ As categorias nativas, isto é, categorias utilizadas pelos interlocutores da etnografia, aparecem em itálico.

São diversas as variáveis que operam para categorizar ou não uma situação como *violência de gênero atual*. Por isso, a partir dos casos de três mulheres *assistidas* pelo NUDEM e de pesquisas já realizadas em relação às diferentes dinâmicas classificatórias operantes no âmbito da Justiça a partir de percepções morais distintas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008; EILBAUM e MEDEIROS, 2015; 2016), procuro refletir sobre os impactos dessas classificações na garantia dos direitos e pensar quais são os fatores capazes de fazer com que uma demanda a princípio não considerada da competência burocrática do NUDEM seja atendida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As categorias de “violência”, “gênero” e “atualidade” devem ser pensadas de forma contextual. Atentar-se à utilização dessas categorias durante os atendimentos que pude acompanhar no núcleo revelou aspectos pertinentes a respeito das formas como elas são construídas e as implicações nas práticas de atendimento. Afinal, apenas situações consideradas como *violência de gênero atual*

são da competência do núcleo. Nesse sentido, a forma como os conflitos levados pelas mulheres como demandas serão nomeados determina quem pode ou não ser atendida pelo núcleo. Uma das consequências disso pode ser a celeridade do processo, que é fundamental para garantir o rompimento do *ciclo de violência*. Isso porque além da prioridade na tramitação judicial garantida pela Lei Maria da Penha, a especificidade do público atendido pelo NUDEM faz com que a demanda do núcleo seja menor do que a de outros órgãos não especializados da Defensoria Pública.

Na medida em que a *violência de gênero* e a *violência contra a mulher* - categorias utilizadas muitas vezes como sinônimos - visibilizam violências que historicamente marcam a vida das “mulheres” em suas mais diversas experiências e garantem um acesso a determinados direitos, excluem necessariamente experiências que não se enquadram na letra da lei, mas que podem ser pensadas a partir de uma *perspectiva de gênero*.

Além dos enquadramentos dados pela lei, é preciso considerar aqueles dados pelas pessoas responsáveis por sua interpretação e aplicação, nesse caso, as *servidoras* e a Defensora do NUDEM. Isso porque algumas situações são capazes de romper com a presumida competência do núcleo e fazer com que as *servidoras* decidam excepcionalmente peticionar e judicializar questões levadas pelas mulheres.

A forma como a história narrada pela mulher atravessa a *servidora* que a atendeu é um dos fatores a ser considerado no momento em que casos considerados excepcionais tornam-se

demandas do núcleo. Isso passa por uma dimensão das emoções, já que depende que a mulher expresse como se sente diante do conflito de forma que seja capaz de fazer com que a *servidora* considere a possibilidade de abrir uma exceção. Assim, percebe-se que mais do que nomear fenômenos e dar sentido a eles, o que impacta a percepção da realidade, a categorização de determinados fenômenos como situações de *violência de gênero atual* cria fronteiras porosas que determinam que mulheres podem ou não acessar a justiça a fim de garantir direitos.

CONCLUSÕES

A classificação de um fenômeno enquanto *violência de gênero atual/recente* articula avaliações jurídicas, judiciais e morais sobre as situações relatadas pelas mulheres durante os atendimentos no NUDEM. Desse modo, essa classificação não é necessariamente pré-determinada por uma regra burocrática, mas passa pela percepção das agentes responsáveis pelo atendimento e, algumas vezes, pela avaliação da Defensora do núcleo, que é acionada para determinar a situação de alguma *assistida* é competente ao NUDEM ou se alguma exceção pode ser aberta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

EILBAUM, Lucia; MEDEIROS, Flavia. Quando existe violência policial? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. **DILEMAS**. v. 8, n 3, JUL/AGO/SET 2015 - pp. 407-428

EILBAUM, Lucia;
MEDEIROS, Flavia. Onde
está Juan?: moralidades e
sentos de justiça na
administração judicial de
conflitos no Rio de Janeiro.

Anuário Antropológico, v.

41, n 1, p 9-33, 2016

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe
violência sem agressão moral?.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, p. 135-

146, 2008.





Ciências Humanas

O Republicanismo Italiano: reflexões sobre os textos de Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel

Lucas Barbosa Gomes; Fabrina Magalhães Pinto

Departamento de História Campos (CHT) / ESR / LER

INTRODUÇÃO:

No cenário de instabilidade diplomática, com as ingerências supranacionais do Papado ou do Sacro Império Romano, a chancelaria florentina se configura como salvaguarda das instituições públicas e da *libertas* republicana. A pesquisa subsequente tem como objetivo à compreensão da emergência do republicanismo em sua matriz italiana entre os séculos XIV e XVI. De maneira mais pontual, a investigação tem como escopo de análise o recorte documental nos textos de Coluccio Salutati (1331-1406), relevante humanista e chanceler no contexto florentino, o qual expressa em sua epistolaria uma evidente apologia aos preceitos e ideias republicanos que se voltam para as questões da liberdade da república e, em paralelo, a relevância do *vivere civile* dos indivíduos imersos nessa lógica republicana de governo. A análise de dois documentos se configura como fundamental para a compreensão deste contexto: a *Invectiva In Florentinos* (1397), do chanceler milanês A. Loschi e a réplica de do chanceler florentino, Coluccio Salutati, a *Contra Invectiva* (1402), e a percepção de sua relevância enquanto motor e disseminador dos ideias republicanos pela península itálica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nesse sentido, a percepção da emergência do republicanismo enquanto fenômeno político está, segundo autores como H. Baron, E. Garin ou N. Bignotto, atrelado ao conceito de humanismo cívico, sobretudo no âmbito da preocupação dos chanceleres em delinear uma linguagem política indissociavelmente vinculada com a participação e manutenção das instituições cidadinas com a revalorização da retórica em comunhão com a ética. Afinal, como nos lembra Cícero, em seu *De Oratore*, é preciso falar bem e falar para o bem. Nossa investigação se alicerça em torno da seguinte questão: acreditamos que a epistolaria de C. Salutati será uma das primeiras tentativas, no âmbito da preservação do governo de perfil republicano, de formular uma defesa diplomática pautada no pensamento filosófico-político de autores greco-romanos (sobretudo Cícero e Quintiliano). Tal modelo republicano (com a retomada de pautas firmadas na sustentação de liberdades cívicas, isonomia e preservação das leis/instituições) emerge, no pensamento salutatiano, e como uma possibilidade objetiva a ser defendida contra as ofensivas expansionistas de Milão, conduzidas pelo duque Gian Galeazzo Visconti e associadas à tirania. Contudo, há autores que sustentam a tese de

que nos textos de Coluccio Salutati, e em outros humanistas florentinos do *Quattrocento*, não é possível afirmar a emergência *sui generis* de uma matriz do republicanismo neste contexto. Autores como P. Kristeller (1956), J. Seigel (1968), Q. Skinner (1996) ou Hankins (2000) apontam uma inclinação mais acentuada para a noção de continuidade com a filosofia política tardo medieval em Salutati e, também, interpretam que o humanista-chanceler se enquadrava enquanto um oficial do governo florentino, com a sua apologia à república sendo meramente discursiva para justificar a permanência da autoridade e legitimidade de Florença no cenário diplomático regional. Em outra perspectiva, assim como sustentando na pesquisa vigente, a percepção da emergência do republicanismo enquanto fenômeno político está, segundo autores como H. Baron (1955), E. Garin (1965) ou N. Bignotto (1991/2001), atrelado ao conceito de humanismo cívico, sobretudo no âmbito da preocupação dos chanceleres em delinear uma linguagem política indissociavelmente vinculada com a participação e manutenção das instituições cidadinas com a revalorização da retórica em comunhão com a ética. Será, assim, nessa comunhão, que a política se configurará enquanto uma dimensão dissemelhante do Medievo na medida que a ação do homem, enquanto sujeito capaz de interferir nas questões públicas, se tornará a peça central para o *vivere civile* – sendo na ética e na retórica as bases dessa relação para a administração cidadina.

CONCLUSÕES:

Nossa pesquisa teve como objetivo mobilizar o conceito de humanismo cívico como uma categoria importante para o entendimento das características do pensamento republicano expresso nos escritos políticos de Coluccio Salutati e, conseqüentemente, os seus reflexos no Quattrocento florentino. Compreendemos que este conceito é o que melhor identifica o movimento humanista com as suas formulações teóricas, no sentido de que o republicanismo não se caracteriza apenas um elemento retórico, como sustentado por J. Seigel, P. O. Kristeller, Hankins, e entre outros autores que sustentam uma tese mais próxima da continuidade na Linguagem Política. Assim, ao formular um pensamento político que aborda a política de forma mais inclinada com os preceitos éticos, o republicanismo italiano, em sua linguagem moldada a partir do pensamento clássico, teria dado importantes contribuições ao Republicanismo na Modernidade; configurando-se como uma de suas matrizes.

AGRADECIMENTOS:

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), permitiu a produção da pesquisa. À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi) da Universidade Federal Fluminense (UFF) pelos auxílios concedidos. Ao Laboratório de Estudos Republicanos (UFF) pelo suporte e acolhimento.

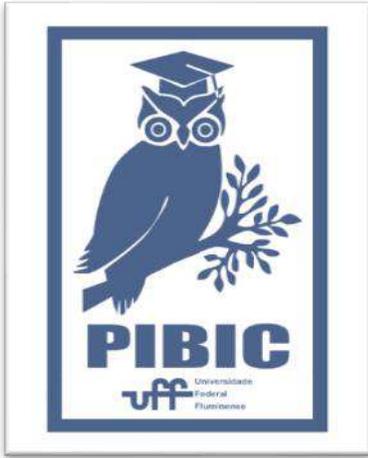


Imagem PIBIC

Imagem 1:



Ciências Humanas

**CARTOGRAFIA QUEER: TRAJETÓRIAS UNIVERSITÁRIAS DE PESSOAS
TRANSGÊNERAS DA/NA UFF**

Bronzi Rocha, Ana Claudia Giordani

Departamento de Geografia/Instituto de Geociências/Laboratório Artesanias

Educacionais Geográficas

INTRODUÇÃO:

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em relação à população transgênera brasileira, "estima-se que cerca de 70% não concluiu o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior" (2020, s.p.). Partimos desse dado provocados, iniciamos essa pesquisa indagando quais são os matizes da permanência em uma Instituição de Ensino Superior para as pessoas trans e travestis que adentram as suas portas.

Essa cartografia, além de desvelar fragilidades nas políticas institucionais para favorecer os direitos da população trans e travesti, buscou mobilizar entidades e sujeitos da universidade para transformá-la.

O objetivo geral foi buscar compreender como se relacionam os corpos e corporeidades trans* universitárias com/na UFF de Niterói (RJ), e assim, desvelar como as trajetórias desses sujeitos são atravessadas pela transgeneridade/cisgeneridade em sua permanência (desde o seu ingresso/matriculação).

Como nossos objetivos específicos teríamos que: a) constituição de um solo teórico, identificando conceitos eleitos elementares a pesquisa; b) relacionar as identificações teóricas com os trajetos que os corpos e corporeidades trans traçam no território universitário; c) cartografar os corpos e corporeidades trans interseccionalizados.

Esses objetivos não foram/são estritamente lineares, ao passo que o método cartográfico propõe uma reversão do método positivista e clássico, levando o metá-hodos a hodos-metá (Eduardo PASSOS et al, 2020[2009]). A cartografia enquanto metodologia de pesquisa tratou da processualidade da composição cartográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Realizamos um levantamento da bibliografia que colabora com a fundamentação teórica de nossa pesquisa. Como apresentado posteriormente, a nossa pesquisa resultou na monografia de conclusão de curso do estudante. Neste período, construímos um trabalho teórico-metodológico com êxito. Foram feitas duas reuniões de apresentação da pesquisa que serviu também de incentivo para a formação de uma rede/coletivo de estudantes trans e travestis na UFF, resultando na Rede Transvestis UFFianas.

Algumas atividades foram realizadas pelo coletivo, promovidas com a parceria de outras entidades de movimento estudantil. Para citar algumas delas: foi promovida a primeira calourada trans da UFF Niterói (RJ) para receber os/as calouras que ingressaram no 2023.1, foi feita uma Conferência Livre para

discutir e preparar para a Conferência Municipal do Município de Niterói.

A partir do grupo de WhatsApp tivemos a curiosidade e preocupação em mapear de quais campus e cursos seriam aquelas 68 pessoas. Dessa forma, montamos um formulário grupo com campos de resposta simples: nome, curso, instituto e e-mail. Obtivemos 40 respostas ao total. Nos surpreendemos com a diversidade de cursos que apareceram.

Cabe lembrar e relacionar com os dados obtidos em colaboração com instâncias da UFF, o Departamento de Administração Escolar, da Pró-Reitoria de Graduação, sobre o número de

ALUNOS_COM_NOME_SOCIAL	ANO_DE_INGRESSO
5	2013
4	2014
8	2015
12	2016
9	2017
24	2018
24	2019
29	2020
17	2022
132	TOTAL

pedidos de nome social. Na tabela a seguir:

Houve também a realização de quatro entrevistas com sujeitos de diferentes cursos e campus da UFF. A proposta de entrevistar pessoas de distintos campus era a de compreender melhor as similaridades e particularidades experienciadas. As entrevistas foram gravadas em áudio, seu conteúdo foi resumido, e em partes, transcrito de forma adaptada.

As entrevistas foram discutidas com mais profundidade na monografia. Feita a análise dos relatos dos entrevistados, conseguimos estruturar em cinco eixos: corpa/corporeidade e campos de força, sociabilidade transuniversitária, lugares de desconforto e lugares de aconchego, acessos e barreiras institucionais e relatos de transfobia e a (re)produção de transfobia institucional.

CONCLUSÕES:

Percebemos que “o espaço é produzido pelas interações sociais em sua multiplicidade, em diferentes ritmos” (ROCHA, 2022, p. 111). Dessa forma, no espaço universitário cartografado há manifestações dos dispositivos de sexualidade (Foucault, 1976[2021]) que são cisnormativos, visando organizar dinâmicas internas de um sistema “coerente” de sexo/gênero.

As trajetórias dos sujeitos trans no ensino superior é atravessada pelas questões socioeconômicas, emocionais, sociais com inúmeros pontos de contato com a situação de ser uma pessoa trans.

A organização da Rede Transvestis UFFianas se mostrou muito positiva para a coletividade trans de discentes da instituição. A Rede participa de um movimento mais amplo de uma geração de pessoas trans* que adentram as portas do Ensino Superior, por exemplo, existem outros coletivos discentes, a saber na UERJ, UFRJ, UFRRJ e também no campus do interior da UFF na cidade Campos dos Goytacazes (no norte do estado).

Ainda que haja resoluções normativas sobre questões que afetam diretamente sujeitos

transgêneros - como o nome social e a garantia do uso de espaços segregados por gênero conforme a identidade da pessoa -, notam-se limitações de ordem prática em tais desenlaces. Aparecem nos relatos episódios transfóbicos sofridos cotidianamente por discentes do que vem se caracterizando como transfobia institucional. Dito, isso, constatou-se que a instituição carece desenvolver métodos (como ouvidoria e agilidade nos processos) para encarar abusos nas relações de poder, sobretudo dos docentes com discentes.



Imagem 1: Imagem

AGRADECIMENTOS:

O amadurecimento teórico e técnico que propicia o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) é indiscutível, além de ser um orgulho particular desfrutar do título de bolsista, a alcunha de pesquisa financiada pelo CNPq é eminentemente reconhecida e respeitada pelos pares científicos. O incentivo aos/as jovens pesquisadores/as enriquece a produção científica brasileira e muda os rumos do país, por isso nós temos nos dedicado intensamente neste trabalho.

Agradecemos imensamente a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelos incentivos a ciência brasileira.



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: A gestão da formação do estudante de psicologia da uff: o ponto de vista da atividade

Autor: Pedro Lucas Cabral de Barros

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Psicologia/Instituto de Psicologia/ Grupo de Pesquisas sobre Gestão, Trabalho e Atividade (GESTA)

INTRODUÇÃO:

O objetivo desta pesquisa é lançar um olhar sobre a atividade dos estudantes de psicologia da UFF de Niterói, com um foco na experiência dos alunos que se localizam nas etapas finais do curso, tendo cursado a maioria das disciplinas obrigatórias. Por atividade, entendemos aqui a existência de um debate de normas referentes ao trabalho de estudante entre as normas prescritas presentes no processo político pedagógico e o trabalho realmente efetivado, que é tecido diariamente por cada um em seu cotidiano e história particulares. Neste sentido, a concepção de atividade de trabalho que embasa este projeto é a proveniente da Ergologia que tem como um dos seus principais autores o filósofo Yves Schwartz. Para analisar a atividade dos estudantes, foi criada uma comunidade ampliada de pesquisa, onde os pesquisados têm também agência na pesquisa, sendo convidados a compartilhar vivências.

A partir da herança epistemológica cartesiana que permeia nossos ambientes de produção de

conhecimento, é perceptível que há um apagamento dos esforços corporais imprimidos na atividade de estudar, já que aprendemos que mente e corpo são duas partes separadas do ser, o estudar logo estaria relegado apenas ao título de esforço mental, não do corpo. A nossa perspectiva implica reconhecer no estudar tanto o esforço físico como mental, já que entendemos que ambos são indissociáveis e estão constantemente implicados em qualquer tipo de trabalho, seja ele o mais supostamente braçal ou intelectual.

A partir da perspectiva da atividade, as entrevistas foram realizadas em busca de lançar um olhar sobre as dificuldades e também potências da vida estudantil na UFF, com atenção a questões sócio-geográficas, raciais e também referentes a acessibilidade do campus enquanto espaço biopsicossocial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa etapa pesquisa foi proveitosa para escancarar o despreparo da universidade pública em garantir a permanência de estudantes periféricos e a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência, mas também foi possível reafirmar como o coletivo e a atividade que foge o prescrito são onde residem a potência para que essas mesmas questões sejam reconhecidas e superadas, mesmo que a passos curtos. O que prevaleceu nos relatos dos estudantes entrevistados foi justamente essa dinâmica reconhecida por eles dentro da universidade: se por um lado, a universidade se propõe a ser um espaço democrático capaz de acolher e formar estudantes dos mais diversos estratos sociais, identidades raciais e pessoas com deficiência, por outro, ainda é um ambiente bem excludente, oferecendo pouca ou nenhuma assistência para que os ingressantes pobres, negros ou com deficiência permaneçam ou concluam o curso. Para além da incapacidade de prover permanência para esses estudantes a nível de políticas públicas como bolsas, moradia e o restaurante universitário, também é relatado nas entrevistas uma inclinação do corpo docente a tratar dessa questão apenas até o ponto em que seus privilégios não sejam desconfortavelmente questionados.

Os dois relatos, que foram priorizados no processo de análise, frisam bastante a importância da construção de redes de apoio dentro da universidade que escapem ao prescrito, seja entre colegas ou entre estudantes e professores que estão dispostos a de fato oferecer suporte e participar de discussões desconfortáveis, mas necessárias.

CONCLUSÕES

Durante o atual ano da pesquisa, foi possível enfocar novos temas, como permanência e acessibilidade, mas também ficou claro a pregnância da pandemia enquanto tema na fala dos veteranos escolhidos para as entrevistas. Considerando a escala da pandemia de COVID-19, essa pregnância era de ser esperada não só nessa pesquisa, mas no panorama acadêmico geral para as próximas décadas.

A principal conclusão da pesquisa foi que embora o ambiente universitário, em suas vias oficiais, ainda careça muito no que diz respeito ao acolhimento e permanência das parcelas mais carentes da nossa sociedade, o mesmo ambiente quando considerada a criatividade e jogo de cintura dos colegas estudantes acaba por prover algum acolhimento e possibilidades de questionamento das condições de trabalho dos estudantes.

AGRADECIMENTOS:

A todos trabalhadores da universidade que contribuem para possibilitar a realização do programa de iniciação científica na uff.

Ao CNPQ pela bolsa de iniciação científica.

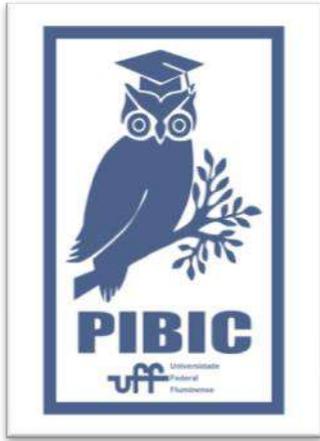


Imagem 1: Imagem PIBIC



Ciências Humanas

Estados Unidos da América (EUA), Grande Caribe e Golfo do México em perspectiva sistêmica global: a reconstrução da hegemonia em tempos de crise (1967 - 2017)

MOLL NETO, R.; HENRIQUES, Sthefaniy S.

Departamento de História Campos (CHT) / ESR / LAPEDHE

INTRODUÇÃO:

O interesse dos Estados Unidos pela bacia do Caribe pode ser encontrado desde suas primeiras políticas externas durante as primeiras décadas do século XIX. A nação que emergiu como potência hegemônica na região ainda na transição do século XIX para o XX, no decorrer dos anos finais da década de 1960 experimentará novos desafios devido ao colapso econômico de 1967 que colocará sua hegemonia na região em cheque. Desta forma, a pesquisa tem como objetivo investigar a reconstrução da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) em países do continente americano que compõe a região da América Central Insular (Região Caribenha), América Central ístmica e, por fim, os países que cercam territorialmente o golfo do México (México e Cuba) entre 1971 a 2001.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Visto que a análise poderia tomar muitas formas devido sua amplitude de possibilidades para meio de exame, a investigação foi demarcada a partir da coleta de dados dos países em observação. Deste modo foram levantados dados econômicos,

ideológicos e aspectos socioeconômicos de tais nações, bem como dados que interligam tais nações diretamente com os Estados Unidos, como efetivo militar, fluxo de capital, mercadorias e imigração. Tal proceder metodológico também se deu através de leituras feitas ao longo do projeto e, principalmente, através dos conceitos ligados a Teoria do Sistema Mundo (TSM), desenvolvida pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein.

Quando analisada a política externa dos Estados Unidos, nota-se que o Grande Caribe e Golfo do México foram um laboratório para o país, não apenas no que se refere a implementação de ideologias e/ou modelos políticos e econômicos, como também de experimentação de estratégias militares para defesa nacional.

Tendo em vista tal perspectiva, a busca pelos dados adquiriu maiores possibilidades de uma vez que em sites governamentais dos Estados Unidos, como *Bureau of Economic Analysis*, (do Departamento do Comércio) e *Foreing Assistance* (do Departamento do Estado em conjunto com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), possuem informações e registros anuais

disponíveis referentes a uma ampla gama de países estudados ao longo do projeto. Isto é, além de dados e estatísticas referentes a própria produção nacional dos países analisados (como, por exemplo, os censos e arquivos digitais de bancos nacionais), o projeto contou com dados produzidos pelo governo dos Estados Unidos. Assim como os arquivos digitais nacionais de múltiplos países, também se faz necessário citar outros órgãos como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e instituições privadas como O Banco Mundial (World Bank Group) e The Observatory of Economic Complexity (OEC) como grandes contribuintes para o avanço da pesquisa que, de maneira geral, conseguiu sistematizar uma grande quantidade de dados que foram obtidos.

CONCLUSÕES:

Ao longo do projeto, analisou-se, um recorte de 30 anos, com início em 1971 e termino em 2001. Durante tais três décadas, além do colapso e recessões econômicas, outros conflitos marcaram a história do continente, como golpes e guerras civis, cruzada global contra os soviéticos e a competição estadunidense contra países da Europa pela hegemonia na grande Bacia do Caribe.

Ao analisarmos os dados levantados, é possível concluir que os Estados Unidos, no que se diz ao fluxo de mercadorias, prosseguiu como o principal parceiro econômico das nações analisadas.

Tomando como base para parte do desenvolvimento dessa pesquisa a Teoria do

Sistema Mundo, ao analisarmos o principal produto importado e exportado das nações pertencentes a Bacia do Caribe a partir da teoria de Wallerstein, conclui-se que a relação entre tais países e o Estados Unidos é uma relação entre centro e periferia. Esses países, ao longo dos 30 anos, obtiveram como seu principal produto de exportação para os Estados Unidos as *comodities*, o que confere uma relação desigual entre tais nações e os Estados Unidos, este último que continuou como força hegemônica na região.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao CNPq pelo financiamento que possibilitou o desenvolvimento desse projeto e, principalmente, ao meu orientador, Roberto Moll Neto pela oportunidade de participação na pesquisa e por ser solícito no que se referiu a dúvidas e erros ao longo do projeto.

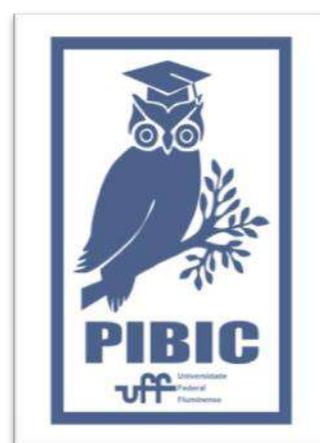


Imagem 1: Imagem PIBIC



Ciências Humanas

Morte e maternidade no Período Clássico (Séc. V ao IV a.C.): Discursos literários sobre as Erínias na pólis ateniense

Gabrielle Fabrício e Silva - Orientador: Alexandre Santos de Moraes

Instituto de História / Departamento de História / NEREIDA
- Núcleo de Representações e de Imagens da Antiguidade

INTRODUÇÃO:

A pesquisa analisou as chamadas “matrizes femininas” no Período Clássico ateniense com foco na monstrosidade feminina representada através das Erínias. O objetivo era reconhecer que as identidades de gênero – em particular, do gênero feminino – são socialmente construídas não em função, mas a partir das diferenças sexuais. Por meio desse fenômeno, é perceptível analisar uma complexa rede de representações que incluíam variáveis mítico-religiosas, sobretudo a partir das Erínias, que simbolizavam uma das diversas representações do imaginário de terror das divindades tanáticas femininas durante o Período Clássico (séc. V-IV a.C).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A maternidade era, para a comunidade grega, um *topos* de profundo interesse social pois as mulheres eram vistas, “em vários sentidos essenciais, como responsáveis pela continuidade da comunidade, uma responsabilidade que elas exerciam ante o

passado, o presente e o futuro”.¹ A forma com que os gregos se percebiam dependentes das mulheres produziu uma série de discursos que acabaram por consolidar a ideia de que a gestão da vida era tributária dos desejos femininos.

A perseguição das Erínias se tornou uma temática recorrente no Período Clássico. Estabelecendo comparações com os discursos, textuais e imagéticos, que possuem semânticas, códigos e formas de circulação distintas, é possível analisar suas recorrentes representações nas documentações textuais e imagéticas como aterrorizantes figuras aladas, envoltas de cobras e tochas que enlouquecem, perturbam e perseguem suas vítimas buscando sua punição, de modo a produzir uma atmosfera de terror social a partir das mulheres, em particular das mães, que inspiram e evocam essas deidades com vistas a uma represália específica.

Das muitas temáticas possíveis, como rituais e práticas sociais de mulheres, a questão do corpo, as representações textuais e imagéticas,

¹ BUXTON, Richard. **Imaginary Greece: The contexts of Mythology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 118.

até mesmo a associação entre as mulheres e a morte, há uma escassez relativa de estudos sobre espaços da construção do feminino para além da visão idealizada do modelo paradigmático de esposa, as chamadas *mélissai*.² De fato, se as análises de gênero implicam, por definição, considerar as relações entre o masculino e feminino, é necessário admitir que várias dimensões do mesmo gênero coexistem e também concorrem para a definição das identidades e para o estabelecimento de jogos de poder. Na tradição helênica havia a concepção de que a mulher, por ter gerado a vida e amamentado o bebê, possuía algum tipo de vínculo ou ascendência em relação à morte. Considerando as documentações literárias e imagéticas do Período Clássico (séc. V - IV a.C), é possível observar como os gregos vinculavam seu pensamento mítico-religioso ao caráter de divinização da figura materna, de modo que a representação da sua cólera, por intermédio das Erínias, amedrontava com as possibilidades de tormenta pela vingança que tinha origem na figura da mãe. A imagem feminina construída a partir das Erínias é a expressão de um tipo de pavor associado à maternidade e, portanto, ao exercício consagrado pelo pensamento masculino como a principal responsabilidade das “esposas legítimas”. Esse aspecto, contudo, não se confunde com as *mélissai*, não apenas porque a maternidade não era interdita às mulheres menos abastadas, mas também

² LESSA, Fábio de Souza. **Mulheres de Atenas. Melissa. Do Gineceu à Agorá**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

porque a documentação demonstra que as Erínias não eram invocadas apenas por mulheres de algum grupo ou classe social. De acordo com Eva Keuls em *The Reign of the Phallus* (1985), essa síndrome entre os homens atenienses partia de um medo generalizado de que, se os princípios da falocracia fossem enfraquecidos, ou seja, se alguma concessão fosse feita às mulheres socialmente, estas poderiam levantar-se contra eles e, em certo sentido, destruí-los.³

CONCLUSÕES:

O efeito aterrorizante da imprecisão materna tem a ver com a inversão dos papéis que tradicionalmente norteiam as relações entre mães e filhos. Se a proteção da comunidade era uma das exigências mais latentes para os homens adultos, a gestão do *oikos* e os cuidados com a família recaíam sobre as mulheres. Portanto, os discursos produzidos por essa concepção aparecem, igualmente expressos na documentação trágica, gerando um efeito, poder-se-ia dizer, *psicológico* – que essa inversão produz, podendo ser entendido como o substrato que assegurava o verdadeiro terror que as Erínias possuíam quando invocadas por uma voz maternal.⁴ Por fim, equivale considerar a representação de terror

³ KEULS, E.C. **The Reign of the Phallus: Sexual Politics in Ancient Athens**. Nova Iorque: Harper & Row, 1985, p.3.

⁴ MORAES, A. S. **Curso de vida e construção social das idades no mundo de Homero (séc. X ao IX a.C.): uma análise sobre a formação dos habitus etários na Ilíada e Odisseia**. Tese de doutorado. Niterói: Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 174.

das Erínias uma ferramenta de expressão e de comunicação para a pólis acerca da potencialidade feminina, em especial materna, durante um período de instabilidade social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof^o Alexandre Santos de Moraes pela enorme troca durante o período de vigência da bolsa, por acreditar e confiar em mim, principalmente pela oportunidade em criar e participar desse projeto.

Aos integrantes do NEREIDA, obrigada por toda

aprendizagem durante o percurso. E, por fim, à oportunidade concedida pelo PIBIC/UFF e ao CNPq pelo fomento desta pesquisa.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: O Corpo nas Teorias Psicológicas

Autores: Mary Emily Mattoso Silva Suzano (Bolsista), Milena Pedrosa Viana Ferreira, Ana Carolina de Moura Machado, Luís Roberto Rosa Nogueira, Marina Nobrega Medeiros, Thiago Constâncio Ribeiro Pereira (Orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Psicologia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Volta Redonda

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pertence ao campo da história e filosofia da psicologia, e dedica-se a investigar qual é o conceito e o papel dado ao corpo nas teorias psicológicas. A pergunta parte de uma constatação de que a historiografia da psicologia negligenciou a forma como o corpo e seus fenômenos foram compreendidos nas teorias psicológicas. No atual momento da pesquisa foram analisadas duas teorias psicológicas constitutivas do pensamento psicológico moderno de tradição britânica: a de T. Hobbes (1588-1679) e a de J. Locke (1632-1704).

O método utilizado consistiu fundamentalmente em uma investigação e análise de fontes bibliográficas seguida de síntese historiográfica e produção textual. No que diz respeito às fontes primárias, o projeto incluiu as obras *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1689), de J. Locke, e *Leviatã* (1651) e *Sobre o Corpo* (1655), de Thomas Hobbes, além de suas objeções às *Meditações* de Descartes (Ariew & Cress, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No que se refere ao pensamento de Hobbes, vimos que no *Leviatã* (1651) o pensador parte da tese de que “a vida não é mais do que um movimento dos membros” (Hobbes, 1651/1974, p. 9). A estratégia do autor é, assim, contemplar inicialmente os movimentos concernentes à vida do homem natural, avançando para os movimentos inerentes ao homem artificial, isto é, para as discussões da filosofia política. Ali, todas as atividades mentais do homem natural, como sensação, percepção, memória, desejo, são entendidas em termos dos movimentos das partes do seu corpo, impulsionadas pelos movimentos dos objetos externos a ele.

Em *Sobre o Corpo (De Corpore)* (1655), que é parte da obra *Elementos de Filosofia*, Hobbes nos oferece conceitos e princípios gerais de sua filosofia, e trata especialmente do movimento dos corpos, de forma similar ao que vimos no *Leviatã*. O texto acrescenta noções ao programa filosófico de Hobbes e aprofunda elaborações acerca das atividades da mente ancoradas nas descrições da física.

Diante destas obras, foi possível concluir que, ainda que utilize amplamente o vocabulário

metafísico tradicional, envolvendo conceitos como mente, espírito e razão, por exemplo, Hobbes dá a esses conceitos uma significação física. E ainda, todas as concepções hobbesianas relativas à natureza humana, em especial aquelas voltadas à alma ou mente e que hoje chamaríamos de psicológicas estão regidas por essa mesma lógica. O conhecimento da dimensão corporal é, portanto, o fundamento do conhecimento psicológico no pensamento do autor, e o corpo é a noção central deste conhecimento.

Quanto a Locke, vemos que logo na introdução do *Ensaio*, ele afirma não estar preocupado em fazer descrições metafísicas da mente ou do corpo, mas sim investigar a origem e a extensão do conhecimento humano. Ou seja, seu empreendimento está muito mais alinhado às investigações epistemológicas e gnosiológicas, e não à descrição da verdadeira natureza dos fenômenos físicos e mentais. Dessa forma, ao tratar da mente e das operações mentais, fica claro que, na verdade, trata-se de elaborações sobre a *ideia* de corpo e a *ideia* de mente. Estas ideias, assim como todas as outras, estão limitadas à extensão do nosso conhecimento, cuja fonte exclusiva é a sensação e a reflexão. Sendo as sensações o pilar para todo o conhecimento, fica bastante evidente que Locke confere um lugar de importância ao corpo, este que possibilita a nossa sensibilidade. Não obstante, ao mesmo tempo em que as elaborações de Locke requerem a materialidade do corpo para as sensações, a mente não é reduzida à materialidade, sendo caracterizada por ele enquanto uma substância imaterial capaz de pensar e de mover o corpo através do

pensamento. Isto evidencia uma particularidade do pensamento lockeano: sua defesa do empirismo é concomitante a uma concepção de mente e corpo dualista e interacionista não cartesiana.

CONCLUSÕES:

Podemos concluir que as obras contempladas são casos de teorização psicológica no século XVII, e em todas a dimensão corporal é fundamental.

Algo também digno de nota é que esta etapa da pesquisa se comunica com a anterior, visto que a concepção dualista e interacionista de Locke parece remeter tanto a Hobbes, quanto a Descartes. E ainda, a concepção lockeana de força motriz da mente dialoga diretamente com a discussão travada entre Elisabeth da Boêmia (1618-1680) e Descartes em suas *Correspondências* (1643 a 1649).

Em que pese o caráter preliminar dos achados, consideramos ter contemplado a pergunta inicial e os objetivos da pesquisa, e possuir em mãos materiais relevantes para o campo da História e Filosofia da Psicologia, principalmente em língua portuguesa. De um ponto de vista formativo, a pesquisa cumpriu seu papel de treinamento em pesquisa teórica para os estudantes envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Ariew, R., & Cress, D. (Eds.) (2006). *Meditations, Objections, and Replies*. Indianapolis: Hackett Publishing Company.
- Hobbes, T. (1974). *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil* (Coleção Os Pensadores, Vol. XIV). São Paulo:

Abril Cultural. (Obra original publicada em 1651).

Hobbes, T. (1992). Elements of Philosophy. The First Section, Concerning Body. In W. Molesworth (Ed.), *The Collected Works of Thomas Hobbes*. London: Routledge. (Original work published 1839).

Locke, J. (2014). *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*. (5a ed.). (E. A. de Soveral, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1689)

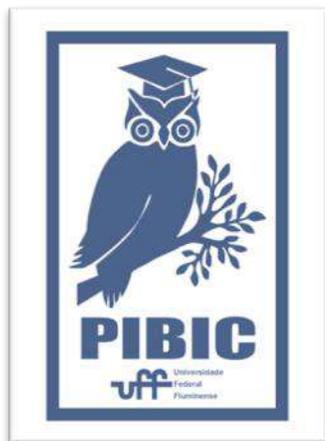


Imagem 1: Imagem PIBIC

Grande área do Conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: UMA ETNOGRAFIA HISTÓRICA SOBRE O “DESENVOLVIMENTO” E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Autora: Maria Yasmim Simões dos Santos Pereira

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Grupo de Estudos Amazônicos e Ambientais

INTRODUÇÃO:

Este trabalho dá continuidade ao projeto de pesquisa *“Desenvolvimento” e conflitos socioambientais no município de Tanguá, região metropolitana do Rio de Janeiro*, submetido e aceito pelo edital PIBIC/CNPq/UFF, vigência de 2021-2022. A pesquisa se insere dentro do conjunto de questões que são estudadas pelos pesquisadores do Grupo de Estudos Amazônicos e Ambientais (GEAM/UFF), ao qual eu estou vinculada.

As inquietações que induziram este percurso, decorrem do meu lugar como moradora do município de Tanguá e os atravessamentos gerados por esta condição. A partir de uma etnografia histórica, (COMAROFF, J; COMAROFF, J, 2010) busco compreender o modo como as ações para o desenvolvimento resultam em conflitos socioambientais associados à implementação de projetos industriais neste município.

METODOLOGIA:

O estudo etnográfico em Tanguá aborda conflitos socioambientais ligados a

empreendimentos industriais. Ele utiliza uma variedade de fontes, incluindo literatura, documentos oficiais, jornais, fotos, vídeos, mapas etc., e combina essas análises com pesquisa de campo in loco.

A análise etnográfica de documentos considera os arquivos públicos ou privados como espaços de produção, circulação e preservação material. A construção da narrativa sobre Tanguá é atravessada de sentidos políticos, culturais e sociais, de representações sobre o passado e o presente cujos significados se tornam visíveis através de uma antropologia histórica.

Os recursos metodológicos utilizados foram: a) idas à campo; b) etnografia de eventos; c) entrevistas; d) análises de levantamentos bibliográficos em acervos físicos e digitais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram selecionados sete empreendimentos industriais para caracterização, como signos que aludem à forma como as imagens do desenvolvimento do município de Tanguá estão relacionadas à identidade tanguaense em uma perspectiva histórica, sendo eles: Empresa

Agrícola e Industrial Fluminense S.A. (1920); Empresa Brasileira de Telecomunicações (1969); Mineração Sartor Ltda (1974); Companhia Brasileira de Antibióticos S.A. (1975); Emitang Empresa de Mineração Tanguá Ltda (1978); Indústria de Rações Patense (2015) e a Fábrica de Piscinas Orly Glass (2018). Tais empreendimentos de constituição desenvolvimentista encobrem diferentes níveis de integração, que vão do internacional ao local, reunindo poderes governamentais e privados num ambiente institucionalizado (BRONZ, 2016).

De acordo com Escobar (2001), o desenvolvimento é um complexo regime discursivo e uma necessidade primordial na sociedade capitalista contemporânea, que produz modos de vida permitidos e impossibilita e desqualifica outros. Isto posto, os empreendimentos industriais, quando chegam em Tanguá, são justificados pelos agentes do poder público que os viabilizam com as recorrentes promessas: geração de emprego e de renda, crescimento da economia local, aumento da segurança, melhorias na saúde, dentre outros.

Ademais, os períodos em que os empreendimentos chegaram à Tanguá, as relações político-sociais que os envolvem e as semelhanças dos conflitos socioambientais que produzem, devem ser ressaltados. Uma vez que, para Zhouri e Laschefski (2010), a relação entre desenvolvimento e conflitos ambientais, caracteriza este segundo pela “diversidade e pela heterogeneidade dos atores e dos seus modos de pensar o mundo e nele projetar o

futuro”. Portanto, os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material.

CONCLUSÕES:

No material historiográfico consultado, foi possível observar uma reprodução imagética associada ao desenvolvimento de Tanguá, como um lugar que prosperou no passado por meio da chegada de empreendimentos industriais. Essas imagens, entretanto, não condizem à forma como os moradores interpretam esse passado, tampouco com as condições hoje observadas no município.

Logo, tornou-se possível considerar um padrão de conflitos socioambientais associados aos empreendimentos, como: poluição – de rios, do ar, visual e sonora – desmatamento, precarização do trabalho – insalubridade, insegurança e acidentes – ausência de transparência em ações industriais contestáveis e instabilidade na garantia de direitos e permanência de sociabilidades locais.

Em suma, as reconstituições atuais das promessas de desenvolvimento – veiculação de slogans, prestações de contas através de redes sociais, parcerias entre os governos estadual e federal etc. – estandardizam o passado e o presente tanguaense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

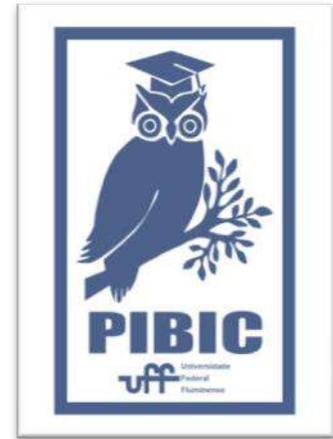
BRONZ, Deborah. Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes

empreendimentos. Rio de Janeiro: Contracapa. 2016.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. *Etnografia e imaginação histórica*. Revista Proa (2)1, p. 1-72, 2010.

ESCOBAR, A. *Encountering Development: the Making and the Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.



AGRADECIMENTOS:

À Universidade Federal Fluminense (UFF), que incitou esta pesquisa em consonância ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do fomento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

À minha orientadora, a Profa. Dra. Deborah Bronz, que além de inspirar-me acadêmica e cientificamente, desempenhou, com muita afetuosidade, a orientação desta pesquisa, sendo de fato, uma parceira essencial nesta jornada.

Aos meus interlocutores de campo e às instituições às quais tive acesso e que contribuíram para a construção desta pesquisa.



Ciências Humanas

Título do Projeto: História pública e carnaval: “Cidadania contra a Fome” no desfile da Império Serrano de 1996 – Betinho, demandas sociais e usos do passado

Jhonnatas Ribeiro de Carvalho (Bolsista) / Juniele Rabelo de Almeida (Orientadora)

Instituto de História/Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI)

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho contribui para a compreensão da História Pública no Brasil. Partindo de um estudo de caso que promovia a interface entre esta com carnaval, sobretudo o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, estabeleceu-se um estudo de caso acerca do enredo “E Verás Que Um Filho Teu Não Foge à Luta”, apresentado pelo Grêmio Recreativo Escola de Samba (GRES) Império Serrano, no desfile do Grupo Especial ano de 1996, realizado em homenagem ao sociólogo Herbert José de Souza (1935-1997), o Betinho, fundador do Instituto de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e articulador nacional da Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Nesse sentido, o objetivo era compreender as demandas sociais e usos do passado acerca da trajetória de Betinho presente no desfile, e como relacionam-se com o debate público do período. Desse modo, empreenderam-se entrevistas de história oral de vida com sujeitos, como por exemplo o compositor Aluísio Machado, o jornalista Aydano André Motta, o cantor e compositor Jorge Antônio Carlos, o Jorginho do Império, e a pesquisadora Rachel Valença. As

quais somaram-se à montagem de acervo que compunham-se pelo material relacionado ao ciclo de preparação do desfile da agremiação - compreendendo-se em matérias jornalísticas, do Jornal do Brasil e Jornal O Globo, sambas-enredo concorrentes, etc.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Retomando as matérias de periódicos pode-se observar início um certo debate no interior da Diretoria do Império Serrano. Uma vez que observou-se a existência de propostas de patrocínio de enredo oriundas do setor privado. Fenômeno este, que estabelecia-se como prática comum.

Entretanto observar o ciclo do carnaval “1996”, notou-se que justificar a escolha de Betinho por parte do Império Serrano identificou-se que os carnavalescos Ernesto Nascimento e Actir Gonçalves compreendiam a existência de uma “tradição” em torno da escola para abordagem de temáticas “sérias” (LIESA, 1996).

As entrevistas notou-se um aspecto comum, majoritariamente remetiam à estreita relação do Império Serrano com valores democráticos e de liberdade. Aluisio Machado retomou a figura do compositor Silas de Oliveira (1916-1972), autor

do samba-enredo “Heróis da Liberdade” (1969). No caso de Rachel Valença, em especial, relaciona-se fortemente com este compositor, entretanto, apresenta o processo eleitoral do Império Serrano, em detrimento à Ditadura Militar (1964-1985). Aydano, em especial, também corroborou com a perspectiva da guinada da escola às temáticas sociais.

A construção narrativa do desfile esteve em profunda sintonia com as ações promovidas pela campanha, de modo que notou-se um distanciamento de uma abordagem histórico-biográfica, ou melhor, de ênfase “personalista” de Betinho.

Entretanto, esse aspecto foi um aspecto de consenso entre o Império Serrano e o homenageado. Na qual viu-se um desenvolvimento congruente com as perspectivas desenvolvidas pela Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, como a solidariedade, a importância dos veículos de comunicação.

Outro elemento que saltou apresentou-se fortemente foi um engajamento extremamente ativo do Império Serrano com as pautas e mobilizações sociais capitaneadas por Betinho, como por exemplo a Caminhada da Paz, realizada no final de 1995.

Bem como a mobilização de importantes atores políticos naquele período oriundos do Partido dos Trabalhadores. Bem como a viu-se a participação de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), oriundos de estados como São Paulo e Paraná, por exemplo.

CONCLUSÕES:

Por fim, constatou-se que no período carnavalesco constitui-se como um cenário de amplo debate social. Em que neste caso específico proporcionou estabelecimento de estreitas com elementos constituintes da memória e da identidade do Império Serrano. Em que constituiu-se uma narrativa que abordou pujantes temáticas no debate público pública

AGRADECIMENTOS:

Agradeço profundamente ao CNPq pelo fomento, à todos os integrantes do Labhoi, que cotidianamente fomentam um espaço seguro e de acolhimento. Destaco aqui à Profa. Dra. Juniele Rabelo de Almeida, que no processo de orientação promoveu o meu desenvolvimento acadêmico e humano. À minha família, aos meus amigos. Por último mas não menos importante, os “imperianos” e ao “nilopolitano”, pois, sem eles, o presente trabalho não teria sido possível.





Grande área de conhecimento: Ciências Humanas

Título: “O nascimento de um novo museu: ressonâncias de um acervo sagrado”

Autora: Ana Cecília Freitas

Orientadora: Renata de Sá Gonçalves

Departamento de Antropologia - Universidade Federal Fluminense, Niterói

INTRODUÇÃO

O presente projeto elaborou um estudo de caso sobre o Acervo Nosso Sagrado, uma coleção de peças sagradas afro-brasileiras apreendidas pela polícia carioca no fim do século XIX e início do século XX. O acervo estava sob a guarda do Museu da Polícia desde a década de 1930 e, após as reivindicações e luta social-política do povo de santo, foi transferido para o Museu da República no ano de 2020, durante a pandemia da COVID- 2019.

Dessa maneira, a pesquisa abrange uma nova etapa da jornada das peças, um momento em que elas serão cuidadas tanto pela equipe museológica da instituição como pelas doze comunidades de terreiro que participaram do processo de libertação do acervo. Esse trabalho em conjunto recebeu o nome de gestão compartilhada e é considerado inovador no cenário museológico brasileiro, tendo em vista que o museu abriu as portas de sua reserva para os grupos detentores presentes na sociedade civil.

O momento da transferência das peças do Museu da Polícia para o Museu da República é um momento histórico para o acervo e marca a sua gênese enquanto uma

coleção acolhida e preservada por uma instituição comprometida com o cuidado da coleção. Como a reivindicação pela libertação das peças alcançou o debate público, foi importante para esta pesquisa mapear a produção científica, social e política sobre o acervo, que aumentaram principalmente após o lançamento da Campanha Liberte Nosso Sagrado, em 2017, sob a liderança de Mãe Meninazinha de Oxum.

O caso do Acervo Nosso Sagrado logo se propagou por meio de reportagens, filmes, como o “Nosso Sagrado” (2017) e, posteriormente o “Respeita Nosso Sagrado” (2020), ambos produzidos pela Quiprocó Filmes. Após o lançamento da campanha, ainda ocorreram também audiências na Alerj para retomada das peças. No carnaval de 2023, a escola de samba Unidos da Ponte levou para a avenida o enredo “Liberte Nosso Sagrado: o legado de Mãe Meninazinha de Oxum”, a fim de homenageá-la e ressaltar sua luta contra o racismo religioso, bem como a libertação das peças. Portanto, para me referir a esses eventos que ocorreram e seguem a ocorrer em diversos âmbitos da sociedade, utilizei a categoria “ressonâncias”, já que o Acervo

Nosso Sagrado segue a ressoar para além das paredes dos museus que ocupa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após longos anos sob a guarda do Museu da Polícia, o momento atual delimita uma reconstrução histórica do Acervo Nosso Sagrado, principalmente das narrativas atribuídas a ele. Apesar do acervo ter sido o primeiro a ser inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1938 – na época, ainda chamado de SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) –, o seu tombamento não representou uma valorização patrimonial e cultural das peças. Isso porque o primeiro nome dado ao acervo foi “Coleção Magia Negra” e, por muito tempo, as peças sagradas foram tratadas como provas de crime apreendidas pela polícia.

Entretanto, essa narrativa construída pelo Museu da Polícia não é a que representa o povo de santo. Ao tratar a coleção pelo viés do racismo religioso e afirmar que as peças foram apenas “apreendidas”, exclui-se o ponto de vista dos outros atores sociais envolvidos nesse processo histórico, ou seja, os praticantes das religiões afro-brasileiras. Por essa razão, a categoria apreensão foi analisada durante a pesquisa e contraposta por outra, a de roubo, palavra constantemente utilizada pelas lideranças religiosas envolvidas na Campanha Liberte Nosso Sagrado.

Essa mudança categórica atesta a importância da construção de uma nova

narrativa para a coleção, que inicia no momento em que passa a ser chamada e reconhecida, socialmente e coletivamente, de Acervo Nosso Sagrado. Ademais, a presença das peças sagradas ainda na reserva técnica do Museu da República provoca mudanças na própria configuração da instituição já distante do caráter tradicional e colonial museológico, que promove eventos e visitas guiadas ao acervo a fim de propagar uma nova história sobre as peças sagradas.

CONCLUSÕES

No decorrer desse ano de pesquisa, muitos caminhos foram traçados para acompanhar o Acervo Nosso Sagrado. Entrevistas com Pai Roberto e Mãe Nilce, lideranças religiosas da Campanha Liberte Nosso Sagrado, visita técnica à reserva e eventos de divulgação do acervo compuseram os processos metodológicos. Além disso, apresentar a pesquisa no GT 103 – Patrimônios, memórias e identidades afrolatinas da XIV RAM foi importante para ter trocas e enriquecer a pesquisa.

O cenário atual da política brasileira também favoreceu o desenvolvimento científico e histórico do acervo, tendo em vista que foi acordado entre a Defensoria Pública da União e o Museu da República um convênio de pesquisa sobre as peças sagradas afro-brasileiras, assinado por Silvío Almeida, ministro dos Direitos Humanos e Cidadania. Os inquéritos policiais do período em que as

ditas apreensões ocorreram também foram reabertos, o que possibilitou para esta pesquisa um outro olhar etnográfico.

Para o próximo ano de pesquisa, será necessário dar enfoque ao recorte antropológico. Logo, é visado o trabalho de campo no Museu da República e seus arredores, bem como na própria reserva técnica. Foi escolhido, portanto, manter a argumentação das ressonâncias provocadas pelo Acervo Nosso Sagrado, já que elas seguem a acontecer através de quem já o conhece e quem o encontra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pelo apoio e investimento financeiro na pesquisa e à minha professora e orientadora Renata de Sá Gonçalves por todo acompanhamento e ajuda neste campo temático.

Agradeço ainda ao Núcleo de Pesquisa NARUA, por todas as sugestões e trocas partilhadas nos nossos encontros.

Agradeço também à minha família e aos meus amigos que me apoiam e me incentivam constantemente a prosseguir na jornada acadêmica.





Ciências Humanas

Os dispositivos de exceção e a excepcionalidade dos direitos indígenas

**Marina Knust da Silva (bolsista PIBIC/UFF/CNPq),
Daniel Arruda Nascimento (orientador)**

**Departamento de Direito de Macaé (MDI), Instituto de
Ciências da Sociedade de Macaé (ICM)**

OS DISPOSITIVOS DE EXCEÇÃO E A EXCEPCIONALIDADE DOS DIREITOS INDÍGENAS

INTRODUÇÃO

Na perspectiva da filosofia contemporânea, há o que Giorgio Agamben denomina de “criação voluntária de um estado de emergência permanente” com vistas à configuração do estado de exceção enquanto paradigma de governo. Através da constante criação da necessidade, tal dispositivo converte o original caráter temporário em duradouro, dando ensejo a essa forma de gerência inconstitucional dentro de países democráticos (AGAMBEN, 2004, p. 13). Assim, o estudo do uso do estado de exceção no Direito Público torna-se relevante na medida em que se nota a inscrição de dispositivos autoritários em estruturas democráticas e Estados de Direito.

Nessa seara, a presente pesquisa se apresenta como uma análise teórica da posição excepcional dos povos originários frente ao Estado e ao Direito constituído nacionais, tendo como premissa que o estado de exceção é ferramenta moderna e contemporânea de governamentalidade. O respectivo estudo investiga, no contexto político nacional do

reconhecimento dos direitos indigenistas, a potência do ordenamento de se auto-suspender a partir da rejeição das leis ainda em vigor.

Considerando-se a impossibilidade de se desvencilhar o direito à vida do acesso à terra para os povos originários, realizamos um recorte na contextualização do panorama atual do direito indigenista no que diz respeito aos conflitos de território. Deste modo, recebe destaque a discussão jurídica e legislativa acerca da definição do estatuto jurídico constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena, bem como a crise humanitária enfrentada no norte do país em decorrência do garimpo ilegal, mais precisamente nas Terras Indígenas Yanomami.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estado de exceção é o instituto jurídico que viabiliza a descon sideração do normatizado, acarretando a perda de seus efeitos sem que se comprometa automaticamente a ordem jurídica. Está situado em uma linha tênue entre o jurídico e o antijurídico. Para além da sua formalização

técnica ou política, cumpre evidenciar que há dispositivos de exceção antijurídicos nos ordenamentos dos Estados constitucionais modernos e contemporâneos (AGAMBEN, 2004, p. 131).

É a partir dessa constatação que a nossa investigação dos dispositivos do estado de exceção no direito indigenista e da relação dos sujeitos de direitos com o Estado se funda. Constata-se que a excepcionalidade nessa matéria ocorre tanto em sua construção, quanto em sua execução. Isso significa dizer que tanto a posição legislativa dos direitos dos povos originários quanto o acesso a esses mesmos direitos são excepcionais no ordenamento jurídico brasileiro.

Especificamente, a inobservância do Estado nos seus deveres de proteger e demarcar terras indígenas demonstra-se como a principal forma de desprezo ao conteúdo normativo em questão. Em virtude do significado tradicional e cultural para os povos originários dos espaços físicos tradicionalmente ocupados, a inclusão do grupo em uma “zona de anomia” garante, paralelamente, o enquadramento de suas existências como um objeto político preciso. A privação do exercício da posse e da fruição dos territórios é, também, a privação do direito de existir para os indígenas.

Em relação à demarcação territorial indígena, não é forçoso imaginar a excepcionalidade de suas disposições normativas. O Art. 67 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 estipulou o prazo

de cinco anos para que fossem concluídas tais delimitações. Hoje, quase trinta anos após a sua expiração, os povos originários estão expostos a todo tipo de insegurança por conta da omissão e da morosidade governamental nas regularizações territoriais.

A insegurança jurídica flagrante nas calamidades vivenciadas recentemente pelo povo Yanomami está diretamente relacionada com a ausência de firme posicionamento do Estado, tanto do ponto de vista legislativo, quanto no que diz respeito às suas funções executivas e judiciárias. Com essa postura predominantemente omissiva, revela-se a política que cria anomia no direito terreno indigenista. Embora a regulamentação da lavra de recursos minerais tenha previsão legal em determinadas condições, é razoável auferir que, no presente caso, a ordem jurídica é substituída por uma nefasta vontade política.

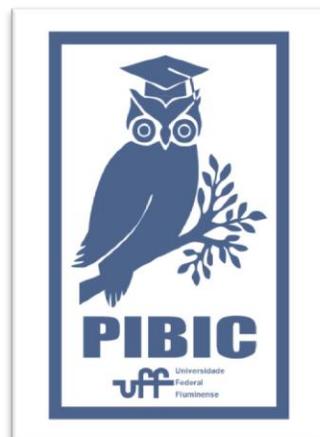
CONCLUSÕES

O estudo do direito indigenista brasileiro e de sua efetividade na contemporaneidade deixa evidente que a possibilidade do ordenamento jurídico se auto-suspender é concreta. A indissociabilidade entre o direito indígena à terra e o direito à conservação da própria cultura e da própria vida deixa claro que a nudez política dos povos originários está perpassada pela ausência do poder estatal na salvaguarda do primeiro, a impedir o exercício do segundo. Os dispositivos de exceção que vigoram no contexto indígena se estabelecem sobretudo na questão territorial, tanto na ausência de

demarcação quanto nas negligências em relação às reservas indígenas já demarcadas.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio do CNPq, essencial e indispensável para o fomento da pesquisa científica no Brasil. Ao professor Daniel Nascimento pela oportunidade. Aos Orixás e aos mais velhos, por todo o incentivo.





Grande área do conhecimento: Ciências Humanas

Título do Projeto: Territórios de poder, justiça e regionalismo: a criação da comarca de campos dos Goytacazes (1732 - 1841)

Autores: Quézia Trajano de Alvarenga

Departamento/Unidade/Laboratório: CHT – Departamento de História de Campos / ESR/UFF Campos/JIAR

INTRODUÇÃO:

Associado ao Grupo de Pesquisa Justiça e Impérios Ibéricos no Antigo Regime (JIAR), esse projeto de pesquisa tinha como finalidade analisar a criação da comarca de Campos dos Goytacazes em 1833, levando em consideração o contexto reformador do aparelho judiciário e político dos pós independência, e as raízes administrativas e territoriais do Antigo Regime Português.

Relacionando a partir do estudo da doutrina jurídica da época, as tipologias de crime e suas relações e interpretações com as reformas legislativas ocorridas durante o período estudado, buscamos, também, estruturar os índices de criminalidade em Campos dos Goytacazes no período estudado, analisando-os antes e depois da criação da comarca, averiguando os ornamentos sociais da cidade de Campos dos Goytacazes e da freguesia de São Salvador.

A vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, objeto deste estudo, foi palco de diversos conflitos. A capitania Paraíba do Sul foi doada a Salvador Correia de Sá e Benevides

em 1674. Permanecendo sob domínio da Casa dos Asseca até 1754, quando foi incorporada ao patrimônio real. Durante o recorte temporal desta pesquisa, a vila de São Salvador esteve sob a jurisdição de três comarcas: a comarca do Rio de Janeiro de 1727 a 1741, do Espírito Santo de 1741 a 1832 e novamente do Rio de Janeiro de 1832 a 1833, quando foi criada a comarca de Campos dos Goytacazes.

A análise da criação da comarca e suas conjunturas foram feitas com ênfase na análise dos processos criminais.

Entende-se que o processo criminal, “possui uma função normativa dentro do aparato judiciário. Com uso de uma linguagem e padrões próprios se constitui no intuito de investigar e de apurar os fatos acerca de um evento criminoso, em que um ou mais sujeitos estão envolvidos”¹ e com base na leitura dos processos, pretendemos, portanto, “identificar e analisar as políticas públicas, a legislação, os acórdãos do Judiciário, os sujeitos envolvidos

¹RODRIGUES, Rejane Trindade. Os processos crimes como fonte histórica: possibilidades e usos na construção da história do sul da província de mato grosso, 2016. p.31.

nos litígios, as relações sociais no cotidiano, que, por sua vez, revelam, explícita e/ou implicitamente, as permanências, as mudanças e as iniciativas de intervenção [...] nas relações entre Estado e sociedade”². E para ler os processos criminais é fundamental ter em conta o que é considerado e como se dá, em diferentes contextos e temporalidades, por isso, a importância de conhecer a legislação em vigor no período.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Observamos a importância dos aparatos judiciários enquanto agentes de controle social e das elites regionais, enquanto importantes agentes sociais e de grande influência regional. Em Campos, a elite contribuiu para a anexação da comarca do Rio de Janeiro e posteriormente a criação da comarca.

A criação da comarca está relacionada também ao crescimento urbano e à ineficácia da divisão comarcal da província do Rio de Janeiro, muito relacionada à distância da comarca do Rio de Janeiro para a freguesia de São Salvador, contribuindo para a desordem aqui na região e dificuldades de controlar a população. Em relação a comarca do Espírito Santo, a questão econômica contribuiu para anexação e desmembramento da vila, segundo o naturalista Augusto de Saint-Hilaire, que visitou Campos dos Goytacazes no século XIX, as decisões no tribunal ocorriam na província do Espírito Santo,

²MACHADO, Ironita Policarpo. Algumas considerações sobre a pesquisa histórica com fontes judiciais. In: MÉTIS: história & cultura – v. 12, n. 23, p. 15-31, jan./jun. 2013. p.21

porque “como essa província é muito pobre para suprir-se a si mesma, resolveram aplicar em suas despesas grande parte das rendas de Campos dos Goitacazes.”³

E após o confisco da coroa em 1754 os conflitos continuaram principalmente, porque mesmo sendo anexada à comarca do Rio de Janeiro, está ainda era judicialmente termo da comarca do Espírito Santo e esse cenário suscitou diversas sobreposições jurisdicionais que confundiam as autoridades e dificultavam o controle da população.

Portanto, na primeira reforma comarcal e única em mais de trezentos anos de divisões instáveis, criou-se a comarca de Campos dos Goytacazes, entendemos “**comarca**” como uma demarcação jurisdicional, um território de poder, sob a jurisdição e ação de um Ouvidor, em constante movimento, devido a necessidade de manter a ordem e controlar a população.

Os processos criminais analisados nesse projeto foram aqueles encontrados no acervo do judiciário do Arquivo Público Waldir Pinto de Carvalho. A maioria dos processos criminais encontrados foram denúncias de furto e roubo e alguns de homicídio. Mostrando como relata a Cláudia Atallah, que a vila de São Salvador, no alvorecer do Império do Brasil, experimentava demandas urbanas mais complexas, associadas

³ Saint-Hilaire, Auguste de. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil: com um resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro. In: Ed. Nacional.1941.

a um crescimento de status municipal perante a província do Rio de Janeiro.”⁴

CONCLUSÕES:

Durante a vigência desse projeto iniciamos, também, a catalogação do acervo judiciário do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho. E acreditamos, diante do exposto, que este projeto é de suma importância na medida que sua principal premissa foi analisar a criação da comarca de Campos dos Goytacazes a partir dos processos criminais, correlacionando história e justiça, um campo ainda pouco explorado pelos historiadores.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao CNPq pelo financiamento, minha orientadora Cláudia Atallah pela parceria e aos funcionários do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho que foram tão solícitos e importantes na execução dessa pesquisa.

⁴ ATALLAH, C. C. A. Territórios de poder, criminalidade e regionalismo: A criação da comarca de Campos dos Goytacazes (1732-1835). In: Junia Ferreira Furtado; Andréa Slemian. (Org.). Uma cartografia dos Brasis poderes, disputas e sociabilidades na independência. 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, v. 362, p. 179-205.

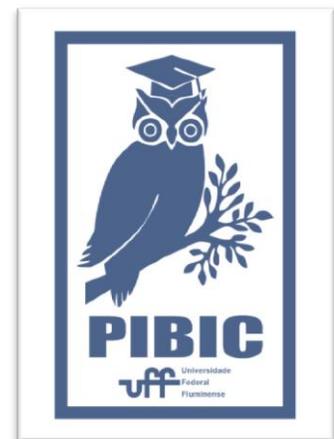


Imagem 1: Imagem PIBIC